

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CLYDEMBERG INÁCIO BARBOSA NEVES SANTOS

**A INFLUÊNCIA DOS CICLOS ELEITORAIS SOBRE O DESEMPENHO
ORÇAMENTÁRIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

JOÃO PESSOA – PB

2024

CLYDEMBERG INÁCIO BARBOSA NEVES SANTOS

**A INFLUÊNCIA DOS CICLOS ELEITORAIS SOBRE O DESEMPENHO
ORÇAMENTÁRIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz

Linha de Pesquisa: Contabilidade e Finanças

JOÃO PESSOA – PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237i Santos, Clydemberg Inácio Barbosa Neves.

A influência dos ciclos eleitorais sobre o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros / Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos. - João Pessoa, 2024.

62 f. : il.

Orientação: Dimas Barrêto de Queiroz.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Ciclos eleitorais. 2. Desempenho orçamentário. 3. Municípios brasileiros. I. Queiroz, Dimas Barrêto de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 324(043)

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 91

Ata de Sessão Pública da Defesa de Dissertação do aluno Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos, do Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Informação Contábil para o Setor Público


Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, reuniu-se na Sala Virtual: Google Meet, por meio do link: meet.google.com/yqg-yeuz-abt, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores: **Dimas Barrêto de Queiroz (Presidente da Banca Examinadora – PPGCC/UFPB)**, **Josedilton Alves Diniz - (Membro Interno – PPGCC/UFPB)** e **João Marcelo Alves Macedo (Membro Externo – UFPB)**, para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“A INFLUÊNCIA DOS CICLOS ELEITORAIS SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**, de autoria do aluno Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos, orientado pelo Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Banca Examinadora explicou aos presentes a finalidade da sessão pública, e passou a palavra ao mestrando para que fizesse a apresentação de seu trabalho de dissertação. Após a apresentação do trabalho, a banca examinadora fez arguições ao aluno, que as respondeu. Em seguida, o presidente da banca examinadora, convidou os demais membros da banca para se reunirem reservadamente, para que fosse feito o julgamento do trabalho. A Banca Examinadora então atribuiu ao aluno o conceito:

- Aprovado(a)
 Insuficiente
 Reprovado(a)

Comentários da Banca Examinadora


A banca decidiu pela aprovação da dissertação com o compromisso do mestrando entregar o trabalho final com as recomendações sugeridas pela banca.

Proclamados os resultados, o Presidente encerrou os trabalhos referentes à defesa de dissertação do discente. João Pessoa, 26 de fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente
 **DIMAS BARRETO DE QUEIROZ**
Data: 26/02/2024 16:31:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Dimas Barreto de Queiroz

Presidente da Banca Examinadora – PPGCC/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **JOSEDILTON ALVES DINIZ**
Data: 26/02/2024 17:22:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Josedilton Alves Diniz

Membro Interno- PPGCC/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **JOAO MARCELO ALVES MACEDO**
Data: 27/02/2024 10:11:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Marcelo Alves Macedo

Membro Externo – UFPB

Documento assinado digitalmente
 **CLYDEMBERG INACIO BARBOSA NEVES SANTOS**
Data: 27/02/2024 14:57:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Clydemberg Inácio Barbosa Neves Santos

Discente

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por me proporcionar a realização deste sonho, que, desde o término da graduação em Ciências Contábeis aqui mesmo na UFPB, ganhava força tanto em conversas pessoais como profissionais.

À minha família, em especial meu pai, Célio; minha mãe, Alexsandra; minha tia, Valderez; e minha irmã, Ana Clara, pelos conselhos e pela força no sentido de continuar na seara acadêmica. Ao meu Orientador, Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz, pela paciência e pelos vários ensinamentos nesses dois anos. Meu muito obrigado!

Aos demais Membros da banca, Prof. Dr. Josedilton Alves Diniz e Prof. Dr. João Marcelo Alves Macedo, pelas importantes contribuições que inequivocamente melhoraram o trabalho.

Aos Professores que compõem o PPGCC, dos quais tive a felicidade de ser aluno: Profs. Drs. Aldo Callado, Dimas Queiroz, Josedilton Diniz, Luiz Renato Lima, Márcia Machado, Márcio Machado, Paulo Amilton Maia e Wenner Lucena, por compartilhar seus conhecimentos e ensinar os alunos a serem cada dia melhores.

Aos meus colegas de mestrado: Aglaeudis, Ana, Antônio, Caio, Daniel, Hellen, João Pedro, Moisés, Thatiane e Yahmany. E aos meus colegas de doutorado: Alan, Aluska, Ana Karla, Aurélio, Clara, Diego, Esdras, Fernando, Isabella, Jocykleber, Kalina, Mércia, Patrícia, Regina, Roberto, Sabrina e Vanessa. Obrigado por tudo! A união de esforços faz com que nós crescamos e tenhamos vivência, entendendo as necessidades do outro e adquirindo ótimas experiências.

Aos servidores técnico-administrativos, em especial Wilma e Cecília, pelo companheirismo, pela paciência em explicar os trâmites e documentos necessários para o êxito no curso e pela prontidão em sanar quaisquer dúvidas relacionadas ao PPGCC.

Aos trabalhadores terceirizados da limpeza, pelo zelo e dedicação em deixar as salas organizadas para o turno seguinte.

Aos meus colegas da Justiça Federal da Paraíba, em especial ao então diretor da Secretaria Administrativa, Cícero Caldas Neto, que já havia concluído o mestrado acadêmico em Ciências Contábeis na UFPB e me incentivou a trilhar por esse caminho, contando as inúmeras vantagens, as dificuldades enfrentadas e vencidas, e as amizades construídas.

A todos, meu muito obrigado!

Os desafios não são difíceis porque tentamos; é por não tentarmos que são difíceis.

Sêneca

RESUMO

De acordo com a teoria dos ciclos políticos, os governantes possuem incentivos para desvirtuar a política local de modo a aumentarem sua probabilidade de permanência ou sucessão de aliados no poder, e, dentre outras ações, o fazem a partir da manipulação dos gastos públicos. Em países em desenvolvimento, tal manipulação pode ocorrer tanto no total da despesa como na sua composição. Considerando a primeira perspectiva (total da despesa), esta pesquisa teve por objetivo verificar como os ciclos eleitorais influenciam o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros. A amostra consistiu em 4.962 municípios no período de 2013 a 2022, compreendendo dois mandatos eleitorais. Os dados foram analisados por meio de modelo de regressão com dados em painel de efeitos fixos. Os resultados indicaram que o ano pré-eleitoral, o ano eleitoral e o ano pós-eleitoral influenciam positivamente o desempenho orçamentário dos municípios. Além das restrições legais impostas aos governantes, o efeito da sinalização e o gerenciamento da percepção do cidadão caracterizam-se como fatores inibidores da condição de déficit orçamentário, considerando o impacto negativo que este resultado pode exercer nos eleitores. Nesse sentido, estando presente o modelo de ciclos políticos condicionais, não foi constatada a existência de ciclo de déficit, embora tenha sido identificado um padrão de comportamento cíclico dos níveis de superávit orçamentário em cada mandato eleitoral. A presente pesquisa contribui com a literatura no sentido de que, nos municípios brasileiros, considerando os dois últimos mandatos eleitorais, o resultado deficitário vem sendo evitado. Esse fato direciona os estudos para análise da amplitude do oportunismo fiscal com foco na modificação da composição da despesa pública no período eleitoral.

Palavras-chave: Ciclos Eleitorais; Desempenho Orçamentário; Municípios Brasileiros.

ABSTRACT

According to the theory of political cycles, rulers have incentives to distort local politics in order to increase their chances of staying in power or succeeding allies, and, among other actions, they do this by manipulating public spending. In developing countries, this manipulation can occur both in terms of total expenditure and its composition. Considering the first perspective (total expenditure), this research aimed to verify how electoral cycles influence the budgetary performance of Brazilian municipalities. The sample consisted of 4,962 municipalities from 2013 to 2022, comprising two electoral terms. The data was analyzed using a regression model with fixed effects panel data. The results indicated that the pre-election year, the election year and the post-election year positively influence the budgetary performance of municipalities. In addition to the legal restrictions imposed on those in power, the effect of signalling and the management of citizen perception are characterized as inhibiting factors of the budget deficit condition, considering the negative impact that this result can have on voters. In this sense, given the conditional political cycles model, the existence of a deficit cycle was not found, although a pattern of cyclical behavior of budget surplus levels in each electoral term was identified. This research contributes to the literature in the sense that in Brazilian municipalities, considering the last two electoral terms, the deficit result has been avoided. This fact directs studies towards analyzing the extent of fiscal opportunism with a focus on changing the composition of public spending during the electoral period.

Keywords: Electoral Cycles; Budget Performance; Brazilian Municipalities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelos de ciclos políticos com base nos eleitores e partidos	21
Quadro 2 – Estudos internacionais relacionados.....	33
Quadro 3 – Estudos nacionais relacionados	35
Quadro 4 – Relação das variáveis independentes	42
Quadro 5 – Variáveis de controle utilizadas na pesquisa	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra da pesquisa por região e por habitante.....	40
Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis da pesquisa	45
Tabela 3 – Média do desempenho orçamentário por ano de mandato	46
Tabela 4 – Média do desempenho orçamentário em cada ano pesquisado.....	48
Tabela 5 – Influência dos anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral sobre o desempenho orçamentário dos municípios	50

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Média do desempenho orçamentário por ano de mandato.....47
- Figura 2** – Média do desempenho orçamentário em cada ano pesquisado48

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 – <i>Proxy</i> para cálculo do desempenho orçamentário	41
Equação 2 – Modelo econométrico utilizado na pesquisa.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AnoEle – Ano Eleitoral

AnoPós – Ano Pós-Eleitoral

AnoPré – Ano Pré-Eleitoral

AutFin – Autonomia Financeira

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPAG – Capacidade de Pagamento

CICA – *Canadian Institute of Chartered Accountants*

COVID-19 – Doença causada pelo vírus SARS-CoV-2

DesOrc – Desempenho Orçamentário

Emp – Emprego

FINBRA – Finanças do Brasil

FPE – Fundo de Participação dos Estados

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GASB – *Governmental Accounting Standards Board*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAC – *International Financial of Accountants*

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MF – Ministério da Fazenda

PME – Primeiro Mandato Eleitoral

Pop – População

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SARS-CoV-2 – Vírus da família dos coronavírus que causa a doença COVID-19

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 CICLOS POLÍTICOS	20
2.2 CONDIÇÃO FINANCEIRA	27
2.3 ESTUDOS RELACIONADOS	33
2.4 HIPÓTESES DA PESQUISA	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1 UNIVERSO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO	40
3.2 COLETA DE DADOS	40
3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS	41
3.4 MODELO ECONOMÉTRICO	43
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	45
4.2 ANÁLISE ECONOMÉTRICA	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A teoria dos ciclos políticos busca explicar como governantes são levados a agir por seus próprios interesses diante de uma situação específica: eleição. O interesse do governante pode se manifestar de várias formas, incluindo o desejo de se reeleger ou de manter seu grupo político no poder (Downs, 1957).

Essa teoria é uma ramificação da teoria da escolha pública, segundo a qual as pessoas não se comportam de maneira diferente em relação às suas decisões individuais caso possam influenciar as decisões governamentais (Silva, 2023).

A teoria da escolha pública foi desenvolvida com base no postulado do *homo economicus*, o qual considera que o homem se comporta como um indivíduo egoísta, racional e maximizador (Costa, 2011). Segundo Buchanan (1983), os indivíduos são modelados para comportar-se de maneira a maximizar suas utilidades subjetivas frente às restrições que enfrentam.

Na visão de Vicente e Nascimento (2012), em contraposição à noção de competência dos governantes, a teoria da escolha pública explica de que forma os gestores desviam-se do foco social das políticas públicas voltadas ao bem-estar geral dos administrados e se concentram apenas nos benefícios eleitorais advindos da implementação dessas políticas.

A concepção moderna da referida teoria deu origem a duas linhas principais de investigação: uma relacionada aos ciclos político-econômicos ou *political business cycles*, que incluiu nomes como Nordhaus (1975) e Hibbs Junior (1977); e outra aos ciclos político-orçamentários ou *political budget cycles*, com Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) (Vicente; Nascimento, 2012). Enquanto a primeira teve seu desenvolvimento pautado na análise das manipulações dos governantes, com finalidade eleitoreira, sobre variáveis macroeconômicas, a exemplo do desemprego e da inflação, a segunda linha de investigação baseou-se no oportunismo dos governantes sobre variáveis orçamentárias (receitas e despesas).

Nesse aspecto, de acordo com Ferreira e Bugarin (2007), a análise dos ciclos político-orçamentários representou um refinamento em relação à dos ciclos político-econômicos, pois os eleitores não observam diretamente a competência administrativa dos políticos, uma vez que

existe informação incompleta e assimétrica que proporciona ao político o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de modo a aumentar sua probabilidade de reeleição.

Os políticos possuem incentivos para desvirtuar a política local de modo a aumentarem sua probabilidade de permanência ou sucessão de aliados no poder, e, dentre outras ações, o fazem a partir da manipulação dos gastos públicos (Silva; Freire, 2021), podendo ocorrer tanto no total da despesa pública como na sua composição, com características distintas entre as práticas relatadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Em países desenvolvidos, os governantes preferem alterar a composição dos gastos em detrimento dos gastos totais e da geração de déficit público (Brender, 2003). Essa situação ocorre dado o nível de conservadorismo dos eleitores que poderia levar a uma reprovação da conduta do governante, com o conseqüente insucesso no pleito (Peltzman, 1992; Garmann, 2017).

A alteração da composição das despesas tem a finalidade de tornar visível à população as ações dos gestores no período eleitoral para, com isso, conseguir apoio suficiente na sua candidatura à reeleição (Drazen; Eslava, 2005), como também para outros fins privados, a exemplo da manutenção de seu grupo político no poder. Essa, portanto, é uma manipulação que não influencia o montante do orçamento público (Schneider, 2010), mas desequilibra o jogo político e favorece de maneira desproporcional o atual governante.

Tanto a movimentação de créditos orçamentários das despesas de capital para as despesas correntes como a movimentação inversa foram constatadas em alguns estudos. No primeiro caso, destacam-se Vergne (2009) e Katsimi e Sarantides (2012), a exemplo do aumento das despesas com pessoal no período próximo à eleição. No segundo, verificam-se os estudos de Drazen e Eslava (2010) e Veiga e Veiga (2007b), com ampliação de gastos relacionados aos investimentos em bens públicos.

Para países em desenvolvimento, como o Brasil, além da mudança na composição de gastos públicos (Drazen; Eslava, 2010; Vicente; Nascimento, 2012; Queiroz, 2015), estudos constataram aumento do montante da despesa orçamentária e do déficit público no período eleitoral, especialmente em municípios (Sakurai, 2005; Sakurai; Menezes-Filho, 2011).

Essa dinâmica ocorre em um contexto em que os gestores buscam maximizar seus interesses em direção ao sucesso no pleito, priorizando, em épocas próximas à eleição, gastos visíveis que possam gerar benefícios imediatos, no sentido de sinalizar competência para o eleitorado (Rogoff, 1990) e se sobressair perante seus adversários políticos.

De acordo com a literatura, as manipulações oportunistas com finalidade eleitoreira foram verificadas no ano pré-eleitoral (Veiga; Veiga, 2007a; Vergne, 2009; Drazen; Eslava, 2010) e no ano eleitoral (Sakurai, 2005; Klein, 2010; Arvate; Mendes; Rocha, 2010; Sakurai; Menezes-Filho, 2011). No período posterior à eleição, pesquisas relataram redução no montante da despesa (Nakaguma; Bender, 2010; Vicente; Nascimento, 2012), como uma forma de compensação pelas manipulações executadas em período anterior.

As manipulações oportunistas e desmedidas sobre a despesa pública, extrapolando o campo de aplicação de determinada política, podem influenciar o resultado orçamentário nos anos que precedem e sucedem à eleição. Esse resultado é objeto de estudo da solvência orçamentária dos governos locais, a qual representa parte da condição financeira governamental e significa a capacidade do governo em gerar receita suficiente para atender suas despesas sem incorrer em déficits; sem fazer uso das reservas financeiras formadas pela acumulação de superávits financeiros ao longo do tempo; e sem comprometer a liquidez atestada pelos fluxos de caixa (Lima; Diniz, 2016).

Trata-se de uma medida de curto prazo que visa ao equilíbrio orçamentário pelas gestões locais e pode ser visualizada a partir do balanço orçamentário, que demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas (Brasil, 1964) e que é integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), elaborado com dados bimestrais (Brasil, 2000).

Para fins de controle social, o resultado orçamentário pode ser considerado uma das métricas de maior visibilidade. De acordo com Rodríguez-Bolívar, Navarro-Galera, Alcaide-Muñoz e López-Subirés (2014), o resultado orçamentário verificado anualmente é um determinante-chave da sustentabilidade financeira dos governos locais, o que leva à necessidade de um controle rigoroso do equilíbrio entre receitas e despesas públicas para a prevenção de futuros problemas de viabilidade financeira (Bisogno; Cuadrado-Ballesteros; Santis; Citro, 2019).

Para Huang, Chang, Lin e Chang (2023), a existência de déficits nos anos pré-eleitoral e eleitoral, em governos locais de países em desenvolvimento, mostra consistência com a teoria dos ciclos políticos. Esse fato acontece porque é resultado direto da maximização de interesses dos governantes a partir do aumento oportunista da despesa pública em direção aos gastos visíveis, como forma de sinalizar competência aos eleitores e omitir possíveis déficits, os quais não são vistos como de prioridade absoluta pela população. Somam-se a isso as constatações de que o período após a eleição é marcado por um movimento de compensação, caracterizado

pela manutenção do equilíbrio orçamentário e uma maior contenção de gastos (Radonjic; Despotovic; Cvetanovic, 2020).

No Brasil, a preocupação em encontrar os determinantes do déficit público pode ser visualizada no estudo de Botelho (2002), em que foram analisados os estados brasileiros entre 1986 e 2000. De acordo com os resultados obtidos pelo autor, houve forte ampliação dos déficits no ano eleitoral, e o ano antes das eleições (pré-eleitoral) caracterizou-se pela canalização de recursos para o ano seguinte (eleitoral).

O comportamento do déficit no ano eleitoral também foi objeto da pesquisa de Sakurai e Menezes-Filho (2011), desta vez com escopo nos municípios. A partir de um painel de municípios brasileiros entre os anos de 1989 a 2005, as evidências encontradas pelos autores sugeriram que os déficits aumentaram em anos eleitorais, tendo como pano de fundo o aumento das despesas correntes e totais, bem como a diminuição das receitas fiscais locais naquele período.

A implementação da Lei Complementar nº 101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Brasil, 2000), entre outros aspectos, trouxe restrições aos governos locais brasileiros (estados e municípios), a partir do controle de gastos públicos, de modo que não incorressem em déficits elevados e persistentes. Dentre os mecanismos legais, existe a limitação de empenho quando as receitas não comportarem o cumprimento da meta de resultado primário ou nominal (art. 9º) e a proibição do gestor de contrair obrigação de despesa nos últimos dois quadrimestres do mandato sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para tal finalidade (art. 42) (Brasil, 2000).

Klein (2010), analisando os municípios brasileiros entre os anos 2000 e 2004, constatou o efeito provocado pela LRF sobre os candidatos à reeleição municipal, de forma que estes tinham incentivos mais fortes para manter as finanças públicas sob controle, provavelmente devido aos riscos eleitorais causados pelos déficits fiscais. Além de Klein (2010), no âmbito municipal brasileiro, a prejudicialidade da existência de déficits fiscais no sucesso da reeleição já havia sido abordada por Arvate, Avelino e Tavares (2009), desta vez na esfera estadual.

Mas outros fatores também podem ser considerados. Além da LRF, em que foram restringidos especialmente novos déficits e dívidas, com a promoção da transparência, do controle e do monitoramento da atividade fiscal pelos eleitores, Klein e Sakurai (2015) acrescentam dois instrumentos normativos: a Emenda Constitucional nº 16/1997, denominada Emenda da Reeleição (Brasil, 1997a); e a Lei nº 9.504/97 ou Lei Eleitoral (Brasil, 1997b).

Embora a Emenda da Reeleição tenha implicado a intensificação dos ciclos políticos, aumentando o nível de oportunismo fiscal dos governantes (Nakaguma; Bender, 2006), dando-lhes a oportunidade de disputar a permanência para um mandato subsequente, foi contrabalançada pela Lei Eleitoral, que reduziu a margem para o oportunismo fiscal em algumas despesas, especialmente as relacionadas com despesas correntes no último semestre antes das eleições, como as despesas com pessoal (Klein; Sakurai, 2015).

O déficit verificado em um ente público é resultado do cálculo do seu desempenho orçamentário global em determinado exercício, o qual, nesta circunstância, indica que o montante das receitas (correntes e de capital) não foi suficiente para cobrir o total das despesas (correntes e de capital). Do contrário, quando o volume de receitas no exercício é maior do que o de despesas, o ente apresenta superávit.

Dado esse arcabouço normativo nacional, o qual impõe restrições aos governantes, e o oportunismo fiscal destes mesmos gestores em direção à reeleição ou à manutenção de seu grupo político no poder, surge o seguinte questionamento: **Qual a influência dos ciclos eleitorais sobre o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros?**

Com base na teoria dos ciclos políticos e na teoria da condição financeira, foi traçado como objetivo geral verificar como o ano pré-eleitoral, o ano eleitoral e o ano pós-eleitoral influenciam o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros no período de 2013 a 2022.

1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES

Em um ambiente onde existe assimetria de informação entre governo e eleitor – denominada de intertemporal por Rogoff (1990), porque os gestores fazem uso temporário da informação produzida para demonstrar competência ao eleitorado –, o governante usa estrategicamente sua margem de discricionariedade para definir as ações que serão desempenhadas pelo ente, abrindo espaço para desviar a atenção do eleitor (Boukari; Veiga, 2018).

A presente dissertação não está centrada nos instrumentos políticos utilizados pelos governantes, a exemplo das políticas fiscais com impacto localizado na receita ou na despesa, mas em resultados fiscais (superávit ou déficit orçamentário) apurados ao término do exercício, resultante da adoção daquelas políticas.

Esse detalhe é importante, pois, de acordo com a teoria dos ciclos políticos, os gestores oportunamente buscam aumentar as despesas no ano eleitoral, direcionando os gastos para aqueles mais perceptíveis pelo eleitor (Veiga; Veiga, 2007a; Vergne, 2009; Sakurai; Menezes-Filho, 2008, 2011), como forma de maximizar seus interesses, isto é, ser eleitos. Contudo, encontram restrições impostas pela legislação nacional (Klein; Sakurai, 2015), combinadas com o impacto negativo que um possível déficit fiscal pode exercer nos eleitores (Klein, 2010; Klein; Sakurai, 2015; Bartoluzzio; Anjos, 2020).

Dentro desse contexto, a pesquisa explora a variação do desempenho orçamentário dos municípios brasileiros nos anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral, que pode ser usada pelo governante como instrumento para a continuidade da gestão ou como fator de diferenciação para exigir recursos das instâncias superiores (estados e União). Além disso, ressalta-se que o controle das finanças públicas, em parte evidenciado pela obtenção de superávit orçamentário, preserva a condição financeira a nível local, podendo ter reflexo direto na qualidade e no nível dos bens e serviços ofertados à população.

Como contribuição para a academia destaca-se a interconexão entre a teoria dos ciclos políticos e a da condição financeira no sentido de entender como os ciclos eleitorais podem afetar o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros, considerando o aumento de utilidade do governante no período eleitoral e a preservação da condição financeira de curto prazo do ente público.

Além disso, para a sociedade, esta pesquisa contribui no sentido de tornar mais evidente ao eleitor como o oportunismo fiscal dos governantes influencia o desempenho orçamentário dos municípios. Nesse âmbito, é de suma importância o monitoramento das ações dos gestores por meio de instrumentos de controle social para coibir eventuais abusos no contexto das práticas oportunistas em políticas públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CICLOS POLÍTICOS

Partindo da análise de como as decisões políticas dos governantes influenciam os ciclos econômicos, Kalecki (1943) demonstrou que uma situação prolongada de pleno emprego não seria favorável aos interesses dos líderes empresariais, pois estes perderiam o controle da classe trabalhadora. Isso ocorreria em razão dos trabalhadores, naquela circunstância, ganharem força para exigir mais direitos, como aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho. Nesse aspecto, segundo o autor, os empresários fariam pressão sobre o governo para controlar de modo desproporcional os mecanismos políticos, fazendo com que a economia experimentasse períodos de instabilidade a partir de recessões e desemprego, com o objetivo de restaurar a disciplina nas fábricas e o poder do empresariado.

Akerman (1947) constatou a relação entre o desempenho econômico e os mandatos eleitorais. Analisando dados econômicos de países desenvolvidos, como França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Suécia, entre o século XIX e meados do século XX, especificamente até o término da Segunda Guerra Mundial, o autor aponta evidências de que existe relação entre os aumentos de desempenho da economia e as recessões econômicas de acordo com os resultados da eleição, sendo mais nítido na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Esses trabalhos nortearam o entendimento da teoria econômica da democracia, formulada por Downs (1957), que leva em consideração a perspectiva de escolha dos representantes pelos eleitores e a tomada de decisão dos partidos políticos.

De acordo com Downs (1957), a função social dos agentes da divisão do trabalho, representados por governantes, partidos etc., não caminha separadamente de seus interesses privados, mas, ao contrário, é subproduto destes. Cada agente tem por finalidade conquistar prestígio, ter renda e poder. Assim, agem para atender seus próprios interesses e formulam políticas com a intenção de aumentar a quantidade de votos.

O modelo foi construído por Downs (1957) considerando dois contextos diametralmente opostos: um de conhecimento e informação perfeitos e sem custo; e outro com conhecimento imperfeito e informação dispendiosa.

No cenário de conhecimento e informação perfeitos e sem custo, os cidadãos, dotados de racionalidade, escolhem o governo com base nos maiores benefícios que lhe são proporcionados e na maior utilidade da renda. É uma situação oposta à de conhecimento imperfeito e informação dispendiosa, em que a) os partidos nem sempre sabem o que os cidadãos desejam; b) os cidadãos nem sempre sabem qual a ação do governo ou da oposição para atingir seus interesses; e c) as informações para superar esses tipos de ignorância são dispendiosas (Downs, 1957).

Na prática, Downs (1957) analisou as condições presentes no ambiente de conhecimento imperfeito e informação dispendiosa com base nas perspectivas da persuasão, da ideologia e da irracionalidade.

No cenário de incerteza quanto às decisões de voto, a participação de persuasores ganha eficácia, pois estes não têm interesse em proporcionar informação à população, mas de influenciá-la em direção a suas preferências. Por sua vez, com base na ideologia, os partidos irão se aproveitar e impor sua ideologia no sentido de conquistar a confiança do cidadão de que suas políticas lhe serão favoráveis, seja incluindo corte de gastos ou até aumento de custos. Desse modo, torna-se irracional para o cidadão obter informação com a finalidade de eleger o partido de situação ou de oposição, pois, além da informação ser dispendiosa, a probabilidade de que seu voto determine os rumos da eleição é muito pequena (Downs, 1957).

A teoria dos ciclos políticos ganhou vertentes considerando o comportamento racional ou irracional dos eleitores, bem como as características relacionadas aos partidos políticos e aos governantes por meio da ação oportunista ou baseada no viés ideológico, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Modelos de ciclos políticos com base nos eleitores e partidos

	Hipóteses	PARTIDOS	
		OPORTUNISTAS	IDEOLÓGICOS
VOTANTES	IRRACIONAIS	Teoria Oportunista Nordhaus (1975) Lindbeck (1976)	Teoria Partidária Hibbs Junior (1977) Frey e Lau (1968)
	RACIONAIS	Teoria Oportunista Racional Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990)	Teoria Partidária Racional Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)

Fonte: Adaptado de Martins, 2002.

Nordhaus (1975), baseado na curva de *Phillips*, analisou as modificações nas variáveis macroeconômicas, especificamente desemprego e inflação, dando origem ao chamado ciclo político-econômico (*political business cycle*). Em anos pré-eleitorais e eleitorais, os gestores adotam medidas que reduzem a taxa de desemprego, de modo a causar um impacto positivo no eleitorado. Após a eleição, as taxas de desemprego são aumentadas para reduzir a inflação. Esse movimento ocorre repetidamente, de modo que o *trade-off* entre desemprego e inflação é utilizado pelos governantes com finalidade eleitoral.

O eleitor não compreende bem o processo porque atua de maneira míope, baseando seu comportamento numa visão de curto prazo, e atribui maior peso às informações mais recentes próximas ao pleito do que às mais antigas, valorizando, em especial, a redução dos índices de desemprego nos anos pré-eleitorais e eleitorais sem enxergar as manipulações que vêm sendo feitas posteriormente para compensar o aumento das taxas de inflação (Nordhaus, 1975).

Hibbs Junior (1977) também aborda as manipulações de variáveis macroeconômicas nos anos pré-eleitoral e eleitoral, porém, diferentemente de Nordhaus (1975), afirma que o aumento ou a redução nas taxas de desemprego e de inflação depende da ideologia política do partido que está no poder. O modelo partidário considera que os partidos políticos têm determinadas preferências no processo de escolha política e nos resultados da economia.

Nesse sentido, um partido de direita, representativo das classes mais altas da sociedade, adota medidas que mantenham a estabilidade dos preços (controle da inflação), ainda que isso acarrete uma taxa de desemprego maior. Por outro lado, partidos de esquerda traçam a estratégia inversa. Como representam a classe trabalhadora, adotam, a partir de políticas expansionistas e distributivas, medidas que reduzem as taxas de desemprego ainda que possam afetar as taxas de inflação, de modo compatível com os interesses da classe que representam (Hibbs Junior, 1977).

Numa abordagem partidária semelhante à de Hibbs Junior (1977), Alesina (1987), com base em dados do governo norte-americano, avança na teoria acerca dos interesses dos partidos dentro dos ciclos políticos. Os partidos representam uma camada de eleitores e chegam ao poder com determinadas preferências e prioridades que refletem diretamente os interesses destes (Alesina, 1987; Alesina; Sachs, 1988).

No entanto, contrapondo-se à ideia de Nordhaus (1975) e de Hibbs Junior (1977) de que há um comportamento irracional (modelo das expectativas adaptativas), Alesina (1987) aborda o modelo partidário racional a partir dos caminhos que são perseguidos pelos partidos, os quais

passam pela abordagem do aumento de benefícios no curto ou no longo prazo direcionado para o grupo de eleitores que representam. Isso indica que tanto partidos como eleitores entendem onde estão inseridos e buscam maximizar sua utilidade (Alesina, 1987).

Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), baseados no modelo das expectativas racionais, também abordam que os governantes e os eleitores agem com racionalidade. Contudo, há manipulação oportunista dos governantes na política fiscal (variáveis orçamentárias, a exemplo das receitas de impostos e transferências, e das despesas de consumo e investimentos) com reflexos na economia, fazendo surgir o denominado ciclo político-orçamentário (*political budget cycle*). Os partidos políticos que estão no poder se aproveitam de assimetrias de informação intertemporais geradas sobre a competência dos governantes na administração e produção de bens públicos e aumentam as despesas de consumo em detrimento dos investimentos públicos em anos pré-eleitorais. Isso significa que os governantes dão prioridade aos gastos visíveis em despesas correntes que possam gerar benefícios imediatos em relação às despesas de capital, cujos retornos se dão no longo prazo (Rogoff; Sibert, 1988; Rogoff, 1990).

Na visão de Rogoff (1990), contudo, os ciclos políticos não devem ser suprimidos. Se isso ocorresse, o bem-estar da população poderia ser diretamente afetado, levando em consideração as possíveis tomadas de decisão ineficientes de gestores competentes, uma vez que estes teriam diversos mecanismos para sinalizar sua competência dentro do espectro das variáveis fiscais.

As manipulações oportunistas dos governantes, tratadas no âmbito da teoria dos ciclos políticos, podem ser analisadas sob aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico dos países, ocorrendo tanto em países em desenvolvimento (Block, 2002; Klomp; Haan, 2013) como em países desenvolvidos (Mink; Haan, 2006; Tujula; Wolswijk, 2007); e ao nível de amadurecimento democrático, com maior probabilidade de ocorrer nas democracias mais jovens (Brender; Drazen, 2003; Klomp; Haan, 2013), sem, contudo, eliminar sua ocorrência em democracias consolidadas, mas em menor extensão (Veiga; Veiga, 2007a; Haan, 2013).

Além disso, a transparência das práticas governamentais é fator determinante para a persistência dos ciclos políticos, uma vez que a falta de transparência aumenta as chances de oportunismo político dos governantes (Alt; Lassen, 2006; Shi; Svensson, 2006; Veiga; Veiga, 2007b; Eslava, 2011). Foram encontradas também evidências entre os ciclos e variáveis fiscais, a exemplo da redução de tributos em épocas próximas à eleição (Alesina; Paradisi, 2017) e do aumento das transferências intergovernamentais como sinal de apoio eleitoral, reduzindo o

risco de perda de votos (Veiga; Veiga, 2007b), com acréscimo das práticas oportunistas nos entes que possuem regras fiscais menos rígidas (Rose, 2006).

Baseado no *political budget cycle*, proposto por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), pesquisas avaliaram como as manipulações oportunistas podem ter influência sobre elementos orçamentários, tanto em termos de gastos gerais como na composição dos gastos públicos.

No cenário internacional, estudos como o de Drazen e Eslava (2005), Veiga e Veiga (2007a) e Vergne (2009) analisaram os componentes orçamentários dos governos locais e como estes se relacionavam com o período eleitoral. No cenário brasileiro, por sua vez, pesquisas como a de Klein (2010), Sakurai e Menezes-Filho (2011), Vicente e Nascimento (2012), Queiroz (2015), Morais, Queiroz e Souza (2019), Bartoluzzio e Anjos (2020) e Crispim, Flach, Alberton e Ferreira (2021) tiveram o mesmo enfoque.

Drazen e Eslava (2005), com base nos municípios colombianos, verificaram que os governantes tentam influenciar os eleitores alterando a composição dos gastos do governo em vez de gastos ou receitas gerais, com aumento no ano pré-eleitoral em despesas direcionadas combinado com uma contração em outros tipos de gastos. Os autores verificaram, ainda, que os eleitores racionais podem apoiar um titular que direciona os gastos antes da eleição, mesmo que tais gastos possam ocorrer devido à manipulação oportunista, porque também podem refletir a preferência sincera do titular por tipos de gastos que os eleitores preferem.

Partindo da análise dos municípios portugueses, Veiga e Veiga (2007a) verificaram um comportamento oportunista dos governos locais, com aumento dos gastos totais no período pré-eleitoral e mudança na composição dos gastos favorecendo itens com maior visibilidade para o eleitorado, no sentido de mostrar competência e aumentar as chances de reeleição.

Vergne (2009) foi além dos modelos tradicionais de ciclos orçamentários políticos, que focavam apenas na dinâmica do orçamento geral, e, com base nos dados dos governos locais de 42 países em desenvolvimento de 1975 a 2001, encontrou evidências de que os gastos públicos em ano eleitoral se deslocam para gastos correntes mais visíveis, em particular salários e subsídios, e se afastam dos gastos de capital.

No cenário municipal brasileiro, Klein (2010), com base em dados fiscais e eleitorais de 5.406 municípios, testou a presença do ciclo orçamentário político nas eleições municipais e verificou que, em média, os prefeitos reeleitos gastaram mais em anos eleitorais do que os não reeleitos e os governantes que concorreram à reeleição apresentaram uma maior variação de gastos em relação aos não reelegíveis e aos não candidatos. Além disso, de acordo com o autor,

os prefeitos que aumentaram o gasto público em períodos eleitorais tiveram maiores chances de reeleição, desde que tal gasto fosse feito dentro dos limites de déficit aceitável pelos eleitores.

Sakurai e Menezes-Filho (2011), no período de 1989 a 2005, constataram que houve um aumento nas despesas totais e correntes e uma diminuição nos investimentos municipais, incluindo arrecadação de impostos locais e superávit orçamentário em anos eleitorais. Além disso, os autores verificaram que a ideologia partidária exerceu influência sobre o desempenho das contas públicas locais, confirmando que tanto os ciclos oportunistas como os partidários ocorreram na gestão dos orçamentos dos municípios brasileiros após o fim do governo militar.

Analisando os mandatos findos em 2000, 2004 e 2008, Vicente e Nascimento (2012) verificaram que 1) a elevação do resultado orçamentário e do resultado orçamentário corrente, em anos eleitorais, reduz a probabilidade de recondução do governante; 2) a geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais eleva a probabilidade de recondução; 3) a elevação do resultado financeiro apurado no balanço patrimonial em anos pré-eleitorais impacta positivamente nas chances de recondução; e 4) o aumento das despesas de investimentos eleva a probabilidade de recondução. Além disso, para os autores, a assimetria informacional exerceu influência significativa nos ciclos políticos, fazendo com que, para permanecer no poder, os governantes se aproveitassem de uma possível falta de racionalidade do eleitor, incapaz de antever comportamentos oportunistas.

Queiroz (2015), avaliando a composição dos gastos públicos sob a ótica da natureza e das funções orçamentárias, nas eleições municipais de 2004, 2008 e 2012, constatou que os municípios cujos partidos foram reconduzidos gastaram mais com investimentos e menos com pessoal e outras despesas correntes. Além disso, com base no grupo de municípios cujos partidos foram reconduzidos, o autor verificou gastos mais elevados nas funções finalísticas e mais baixos nas funções não finalísticas, a exemplo das despesas administrativas.

A partir de uma amostra de 1.016 municípios brasileiros, entre os anos de 2009 e 2016, Moraes, Queiroz e Sousa (2019) concluíram que existe influência dos ciclos político-orçamentários na despesa com pessoal, apesar da presença de regras fiscais, especialmente a Lei Eleitoral e a LRF. Para os autores, embora a presença de regras fiscais sobre o índice de gastos com pessoal represente um fator limitador a manipulações políticas, foram constatados indícios consistentes da existência de um comportamento oportunista por parte dos gestores públicos sobre esse tipo de gasto.

Bartoluzzio e Anjos (2020) verificaram que, nos municípios, apesar de existir um aumento nos investimentos, visíveis à população e associados pela literatura a resultados eleitorais favoráveis, os partidos reconduzidos também possuem uma estrutura de pessoal mais sustentável e melhores condições de liquidez no curto prazo, com desempenhos alavancados em períodos estratégicos, como em anos eleitorais. Além disso, apesar dos partidos com recondução sinalizarem melhores condições fiscais em anos eleitorais, o efeito da sinalização se inverte no ano seguinte. De acordo com os autores, como o impacto das decisões da gestão não estará disponível para o eleitorado imediatamente no período eleitoral, os políticos podem se utilizar de estratégias fiscais para evitar que o equilíbrio fiscal seja prejudicado nos momentos estratégicos e postergar o desembolso para o ano pós-eleitoral, decisão que não prejudicaria a gestão fiscal atual e o recebimento de votos.

Crispim *et al.* (2021), analisando os municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, verificaram que houve aumento nos gastos com investimentos e nos empréstimos financeiros em anos eleitorais, corroborando com os achados de que é possível que esse aumento influencie o eleitor na escolha de seu voto. No entanto, para os autores, essa situação pode contribuir com o crescimento de déficits e com a falta de disponibilidade de caixa nos governos municipais.

Os estudos sobre déficit fiscal no Brasil remontam a Botelho (2002), no âmbito dos estados, tendo seu escopo ampliado em Sakurai e Menezes-Filho (2011) no que tange aos municípios. Considerando o efeito das restrições impostas pela Lei Eleitoral e pela LRF sobre o oportunismo fiscal dos governantes, foi analisada a prejudicialidade da existência de déficit no sucesso da reeleição, como abordado em Arvate, Avelino e Tavares (2009), Klein (2010) e Klein e Sakurai (2015), de forma que o déficit proporcionaria maior risco eleitoral, dado o impacto negativo que poderia provocar nos eleitores (Bartoluzzio; Anjos, 2020).

O cenário de crescimento do déficit orçamentário – e, em particular, a sua recorrência – é desvantajoso para a economia local, pois pode trazer riscos para a sustentabilidade de curto prazo das finanças municipais, o que, em última análise, pode afetar a qualidade e o nível dos bens e serviços públicos ofertados à população (Lima; Diniz, 2016). A análise da suficiência das receitas para cobrir as despesas assumidas pelo ente, incluindo as possíveis causas de resultados deficitários, é realizada no âmbito da solvência orçamentária, a qual é parte integrante da condição financeira dos governos locais, apresentada no tópico seguinte.

2.2 CONDIÇÃO FINANCEIRA

De acordo com o *Governmental Accounting Standards Board* (GASB, 1987), a condição financeira representa a capacidade de um governo em continuar a fornecer serviços à comunidade e satisfazer suas obrigações financeiras, tão logo exigidas. Trata-se de conceito amplo, que vai além de aspectos incluídos nas demonstrações contábeis e exige a verificação de múltiplas obrigações e características do governo, a exemplo da situação econômica e social de uma localidade (Lima; Diniz, 2016).

Para Lima e Diniz (2016), a complexidade do fenômeno da condição financeira se dá em razão da influência dos fatores do ambiente político e fiscal, de modo que os principais estudos acadêmicos nessa área buscam incorporar os pressupostos da teoria dos sistemas abertos, a qual preceitua que os governos interagem com o seu ambiente externo, influenciando o ambiente interno da organização e vice-versa.

Groves e Valente (2003) traçaram quatro significados da condição financeira, os quais foram separados em níveis de solvência:

- a) solvência de caixa: capacidade do governo para gerar caixa suficiente para trinta ou sessenta dias a fim de pagar suas contas.
- b) solvência orçamentária: capacidade do governo para gerar receita suficiente no seu período orçamentário normal para atender suas despesas e não incorrer em déficits.
- c) solvência de longo prazo: capacidade do governo no longo prazo para pagar todos os custos operacionais, incluindo os gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas; e
- d) solvência do nível de serviços: capacidade do governo para oferecer serviços de saúde, segurança e bem-estar da comunidade no nível e qualidade que seus cidadãos desejam.

A presente pesquisa aborda especificamente o desempenho orçamentário municipal, que é analisado no âmbito da solvência orçamentária, sendo esta um determinante da sustentabilidade financeira dos governos locais (Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2014) e que exige um controle rigoroso do equilíbrio entre receitas e despesas públicas para a prevenção de futuros problemas de viabilidade financeira (Bisogno *et al.*, 2019). Quando um ente se torna insolvente,

do ponto de vista orçamentário, deve avaliar as causas que o levaram a esta situação, as quais estão relacionadas ou à insuficiência de arrecadação ou ao excesso de gastos, ou a ambos.

Nesse aspecto, Lima e Diniz (2016) elencam possíveis causas do déficit orçamentário. Para os autores, a insuficiência de arrecadação pode ser motivada pela previsão da receita superior à capacidade de arrecadação; pelo não exercício da capacidade tributária plena pelo ente público; pela ausência de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal; pela ausência de ajuizamento de ações para a cobrança da dívida ativa e de medidas para recebimento de créditos passíveis de cobrança administrativa; pelos impedimentos legais ou judiciais para arrecadar tributos previstos no orçamento anual; ou pela concessão de benefícios fiscais sem as devidas compensações.

Por outro lado, o excesso de gastos pode ser oriundo do aumento das despesas em decorrência da elevação dos preços dos produtos e serviços; da abertura de créditos adicionais com superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício anterior; da abertura de créditos adicionais sem recursos para cobertura; da abertura de créditos adicionais com indicação de recursos superestimados; ou pelos créditos reabertos sem que houvesse superávit financeiro no período anterior (Lima; Diniz, 2016).

Considerando os obstáculos que devem ser transpostos para medir a condição financeira, Groves e Valente (2003) salientam que as dificuldades serão menores para a apuração das solvências de curto prazo, compreendendo a solvência de caixa e a orçamentária, já que os dados estão quase que totalmente disponíveis nas demonstrações contábeis da organização. Por outro lado, segundo os autores, no que concerne à solvência de longo prazo e a de nível de serviços, embora a medida seja mais completa, podem existir problemas relacionados à natureza da entidade pública, à condição das análises financeiras municipais e às práticas contábeis adotadas pelos governos locais.

Os quatro tipos de solvência mencionados refletem a condição financeira quanto aos fatores financeiros extraídos das demonstrações contábeis. Além destes, na visão de Groves e Valente (2003), existem os fatores organizacionais e os ambientais, os quais retratam aspectos internos e externos, respectivamente, que estão inter-relacionados e provocam impacto nos fatores financeiros.

Os fatores organizacionais representam as práticas gerenciais e legislativas do governo, as quais devem estar direcionadas à resposta apropriada e tempestiva diante de mudanças nos fatores ambientais, sendo, portanto, um fator sobre o qual o ente público tem efetivo controle,

já que permeia o campo das decisões governamentais (Groves; Valente, 2003). Por sua vez, de acordo com os autores, os fatores ambientais representam as influências externas que podem criar demandas para o provimento de recursos pelo ente, podendo afetar a condição financeira a partir dos aspectos sociais, econômicos e demográficos envolvidos.

Considerando a amplitude e a dificuldade de obter a condição financeira dos entes públicos em termos absolutos, o *International Financial of Accountants* (IFAC, 1991) destaca a necessidade dos indicadores como *proxies* no sentido de auxiliar a avaliação da condição financeira dos governos e das unidades, de modo a verificar se melhorou ou piorou ao longo do tempo.

Lima e Diniz (2016) destacam que a maioria dos modelos mede e avalia a condição financeira dos governos a partir de sete componentes: I) recursos e necessidades da comunidade; II) receita; III) gastos; IV) dívida; V) regime de previdência; VI) solvência de caixa; e VII) solvência orçamentária. Esta última, de acordo com os autores, significa a capacidade do governo em gerar receita suficiente para atender suas despesas sem incorrer em déficits; sem fazer uso das reservas financeiras formadas pela acumulação de superávits financeiros ao longo do tempo; e sem comprometer a liquidez atestada pelos fluxos de caixa.

Cabe destacar que os modelos não estão livres de limitações, uma vez que a condição financeira diz respeito a um constructo difícil de ser mensurado isoladamente, pois envolve uma inter-relação entre variáveis financeiras produzidas pela organização e variáveis externas verificadas no ambiente em que a organização está inserida (Lima; Diniz, 2016). Ainda assim, de acordo com os autores, muitos modelos foram construídos com o objetivo de combinar medidas e, assim, formular indicadores compostos que procuram captar a realidade financeira dos governos.

Nesse contexto, Ramsey (2013) classificou os modelos em três categorias: fechados, como sendo os que se baseiam em dados produzidos pela organização; abertos, os que englobam variáveis ambientais que influenciam a condição financeira local, mas que são externas à instituição; e semiabertos ou quase abertos, identificados como os que incorporam características dos dois modelos anteriores.

A literatura destaca, nos sistemas abertos, o modelo desenvolvido por Hendrick (2004) para avaliar a saúde fiscal de 264 municípios da região metropolitana de Chicago, nos Estados Unidos. Partindo da premissa de que a condição financeira é um conceito multidimensional, a autora selecionou as dimensões de riqueza da comunidade, necessidade de gastos, equilíbrio da

estrutura fiscal e folga fiscal, desenvolvendo, em seguida, um indicador para cada dimensão, com o objetivo de estabelecer uma conexão entre o sistema governamental e o ambiente em que está inserido.

Dentro dos sistemas semiabertos, destaca-se o modelo elaborado por Groves e Valente (2003) a partir de 11 fatores ambientais e financeiros associados a 42 indicadores, que, relacionados com as práticas gerenciais e políticas legislativas da entidade, são destinados a medir diferentes aspectos da condição financeira de governos locais norte-americanos, indicando a tendência financeira do ente público no período de três a cinco anos.

Por sua vez, os modelos fechados são os mais utilizados na literatura, visto a acessibilidade aos dados financeiros, enquanto os modelos abertos e semiabertos incorporam variáveis externas que são de difícil mensuração (Souza, 2020). Nesse sentido, destacam-se os modelos de Brown (1993), do *Canadian Institute of Chartered Accountants* (CICA, 1997) e de Wang, Dennis e Tu (2007).

Brown (1993) desenvolveu um modelo denominado “teste dos dez pontos da condição financeira” (*ten-point test of financial condition*) a partir de 10 indicadores relacionados às receitas, às despesas, à dívida e à posição operacional, calculados com base em informações disponíveis nas demonstrações contábeis de governos locais norte-americanos. É um modelo destinado à avaliação da condição financeira de curto prazo de municípios com até 100 mil habitantes.

Cada indicador é disposto em uma ordem – que pode ser da maior para a menor ou vice-versa, a depender da relação esperada – e, por meio da separação por quartil e atribuição dos scores -1, 0, +1 e +2, é atribuída uma nota ao município. Considerando o total de 10 indicadores, a pontuação final pode variar de -10 a +20 (Brown, 1993).

Deve-se ressaltar que o modelo de Brown (1993) não atribui pesos aos indicadores, de modo que cada um deles possui o mesmo nível de importância. Além disso, as notas de cada município não são apuradas de modo independente, mas relativas ao conjunto de municípios da amostra selecionada.

Kleine, Kloha e Weissert (2003) desenvolveram um novo modelo com base nos estudos de Brown (1993), mas desta vez com nove principais indicadores. A partir de valores padronizados para cada indicador, numa escala com resultado 0 ou 1, caso o desempenho seja bom ou ruim, respectivamente, é verificada a condição financeira do ente, de forma que quanto maior a pontuação, mais desfavorável é a condição financeira.

Maher e Nollenberger (2009) adaptaram o modelo de Brown (1993) para incluir algumas premissas que consideraram a importância da análise da condição financeira municipal por indicador, isto é, retirando a necessidade de obtenção de uma nota geral por município, bem como a análise das variações ocorridas entre exercícios, a partir da comparação dos resultados no período de quatro anos. Ainda, para fins de comparação no longo prazo, os autores substituíram alguns indicadores que não eram significativos para avaliar a condição financeira municipal, incluindo, por exemplo, os fundos empresariais relacionados a serviços públicos.

Outra corrente de destaque é a de Wang, Dennis e Tu (2007), que desenvolveram um modelo para medir a condição financeira a partir do cálculo de 11 indicadores separados em quatro dimensões, as mesmas de Groves e Valente (2003): solvência de caixa, orçamentária, de longo prazo e do nível de serviços. Esse modelo está fundamentado na relação entre a condição financeira do governo e a condição socioeconômica, de modo que uma condição financeira forte leva ao desenvolvimento socioeconômico (Lima; Diniz, 2016).

Para que o modelo tenha consistência, os indicadores relacionados à solvência de longo prazo e ao nível de serviços são invertidos de modo que todos indiquem a relação de quanto maior, melhor. Ainda, passam por padronização e análise de correlação por dimensão de solvência. Só após esses procedimentos é possível obter um indicador geral de condição financeira do governo (Wang; Dennis; Tu, 2007).

Assim como o de Brown (1993), o modelo de Wang, Dennis e Tu (2007) não atribui pesos aos indicadores ou às dimensões de solvência, indicando, portanto, que todas têm o mesmo nível de importância. No entanto, considerando os efeitos dos diferentes prazos dos indicadores e a dificuldade de medir a solvência em nível de serviço, uma vez que o nível e a qualidade dos serviços que um governo deve fornecer são altamente variáveis, Arnett (2014) adaptou o modelo de Wang, Dennis e Tu (2007) para que as dimensões pudessem ser calculadas a partir de pesos, e não mais por meio de médias aritméticas simples.

Com base nas informações financeiras extraídas das demonstrações contábeis dos estados americanos, Arnett (2014) atribuiu os seguintes pesos às dimensões de solvência, priorizando a solvência de caixa e a orçamentária por representarem o desempenho dos entes no curto prazo e terem variabilidade reduzida: 0,35 para a solvência de caixa; 0,35 para solvência orçamentária; 0,2 para solvência de longo prazo; e 0,1 para solvência de serviço.

Zafra-Gómez, López-Hernández e Hernández-Bastida (2009) adaptaram um modelo de análise da condição financeira dos governos locais espanhóis a partir das quatro dimensões de

solvência vistas anteriormente, com a ressalva de que a solvência orçamentária é representada pela sustentabilidade, flexibilidade e vulnerabilidade, em um processo de convergência entre os modelos de Greenberg e Hiller (1995), do CICA (1997) e de Wang, Dennis e Tu (2007).

A sustentabilidade é a medida prioritária em um governo pois é obtida a partir da comparação entre as receitas e as despesas no curto prazo, como sinal de manutenção dos programas existentes e atendimento das obrigações correntes, sem o conseqüente aumento do endividamento. No contexto da flexibilidade, há uma mudança de cenário, pois esse conceito avalia a capacidade do governo de alterar seu nível de endividamento ou sua carga tributária para atender a uma necessidade, que pode ser temporária ou não, de cumprir suas obrigações correntes. A vulnerabilidade, por sua vez, está relacionada ao nível de confiança do governo em relação às fontes de recursos provenientes de outras esferas governamentais (Zafra-Gómez; López-Hernández; Hernández-Bastida, 2009).

No Brasil, de acordo com Souza (2020), é comum que as pesquisas sobre a condição financeira governamental utilizem os modelos fechados de Brown (1993) e de Wang, Dennis e Tu (2007) para mensurá-la, contudo, as variáveis e circunstâncias sob as quais estes modelos foram desenvolvidos divergem da realidade nacional, o que dificulta a sua aplicação e adequação às características e normatizações brasileiras. Por essa razão, uma alternativa seria a adoção do modelo de Capacidade de Pagamento (CAPAG), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Governo Federal.

Esse modelo apresenta a capacidade de pagamento de estados e municípios que pretendem contrair novos empréstimos com garantia da União, com o intuito de verificar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional (Brasil, 2022). Inicialmente proposto em 2012, por meio da Portaria MF nº 306/2012 e da Portaria STN nº 543/2012, englobando oito indicadores, foi alterado em 2017 para a metodologia atual, que é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez. A simplificação deixou o modelo mais compreensível e fácil de ser calculado (Vieira, 2019).

Deve-se ressaltar que a capacidade de pagamento dos entes engloba parte do conceito de condição financeira, na definição de Groves e Valente (2003), pois não inclui em sua mensuração a qualidade da prestação de serviços e o atendimento das demandas da população (solvência de nível de serviços). Ainda assim, na visão de Vieira (2019), mantém a mensuração do desempenho financeiro do ente no curtíssimo (liquidez), curto (poupança corrente) e longo prazo (endividamento).

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Alguns estudos relacionados à temática desta dissertação (desempenho orçamentário e ciclos eleitorais) podem ser visualizados nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Estudos internacionais relacionados

Autor (Ano)	Objetivo	Objeto e Período	Principais Resultados
García-Sánchez, Mordán e Cuadrado-Ballesteros (2014)	Determinar se a proximidade das eleições tem impacto na saúde financeira dos governos locais.	153 governos locais da Espanha no período de 1988 a 2008	<ul style="list-style-type: none"> - Foi constatada a existência de um ciclo eleitoral, considerando que a proximidade das eleições prejudica a saúde orçamentária e financeira dos governos locais. - A utilização de recursos públicos com o objetivo oportunista de serem reeleitos prejudica a solvência local, a capacidade de prestação de serviços públicos e a capacidade de preservação do bem-estar social, uma vez que os municípios se tornam mais dependentes de recursos de outros níveis de governo.
Setiawan e Rizkiah (2017)	Examinar a presença de manipulação pré-eleitoral através do comportamento do equilíbrio orçamentário, das despesas totais, das despesas de investimento e de outras despesas administrativas.	451 municípios da Indonésia que realizaram eleições locais diretas durante o período 2010-2014	<ul style="list-style-type: none"> - Padrão oportunista de ciclo político no saldo orçamentário e nas despesas totais. - Aumento das despesas totais e do déficit orçamentário em anos eleitorais. - As eleições têm um efeito positivo nas despesas do governo através do aumento das despesas municipais, especialmente despesas que são altamente visíveis para o eleitorado.
Radonjic, Despotovic e Cvetanovic (2020)	Identificar a manipulação de determinados mecanismos de política fiscal em países em	28 países do Leste europeu com economia em	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos gastos governamentais no período anterior ao processo eleitoral e,

Autor (Ano)	Objetivo	Objeto e Período	Principais Resultados
	transição, a partir do crescimento das despesas públicas, da redução das receitas públicas e da criação de déficits orçamentários como consequências coerentes da expansão fiscal no período pré-eleitoral.	transição, no período de 1995 a 2017	consequentemente, o crescimento dos déficits orçamentários. - Por outro lado, no período pós-eleitoral não há redução do consumo. O crescimento do consumo das administrações públicas continua, mas em menor grau, o que, por sua vez, conduz à correção do equilíbrio orçamentário.
Obakemi, Adebowale, Yusuf e Nev (2021)	Verificar a existência do ciclo político econômico na África Subsaariana.	36 países da África Subsaariana entre 1990 e 2018	- O estudo estabeleceu a existência de um ciclo económico político nos países da África Subsaariana. - O déficit fiscal é significativamente grande em anos eleitorais e se espalha para o ano seguinte às eleições, embora não tão elevada como no ano eleitoral. Não foi encontrado efeito significativo no ano pré-eleitoral. - Embora a democracia reduza significativamente o déficit orçamentário, promove gastos com déficit mais elevados no ano eleitoral e no ano seguinte às eleições.
Huang <i>et al.</i> (2023)	Verificar se a alternância partidária pode ter alguma influência no déficit fiscal em cada um dos quatro anos após a realização das eleições locais.	21 condados e cidades de Taiwan entre 1990 e 2009	- A alternância partidária, responsável pela ascensão ao poder de novos presidentes e novos partidos, não pode mitigar o déficit fiscal em nenhum ano após a eleição. - O problema do déficit fiscal local é agravado no terceiro e quarto ano após as eleições, e isso demonstra consistência com a teoria dos ciclos político-orçamentários.
Ivanovic, Lami e Imami (2023)	Analisar os ciclos político-orçamentários no contexto da Sérvia a partir do	Governo Central da Sérvia no período de	- Déficit orçamentário mais elevado antes das eleições regulares (programadas).

Autor (Ano)	Objetivo	Objeto e Período	Principais Resultados
	exame do saldo orçamentário do governo geral (déficit fiscal) em conjunto com as eleições.	janeiro/2005 a fevereiro/2022	- Não foi verificado o mesmo cenário nas eleições antecipadas (convocadas antecipadamente).

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Quadro 3 – Estudos nacionais relacionados

Autor (Ano)	Objetivo	Objeto e Período	Principais Resultados
Klein e Sakurai (2015)	Explorar os diferentes incentivos eleitorais enfrentados por prefeitos de primeiro mandato que são elegíveis para a reeleição e prefeitos de segundo mandato que estão legalmente proibidos de concorrer a outro mandato	3.393 municípios no período de 2001 a 2008	- Durante as eleições, os prefeitos em primeiro mandato diminuem as receitas provenientes da própria tributação local e alteram a sua composição orçamentária, passando das despesas correntes para as de capital, enquanto os saldos orçamentários e as despesas totais permanecem inalterados. - As conclusões são consistentes com os modelos de sinalização e condicionais, em que os gestores visam maximizar as suas possibilidades de reeleição, mas, estando sujeitos a restrições institucionais sobre os déficits fiscais, alteram a composição do orçamento em anos eleitorais, fornecendo resultados mais visíveis e gastos direcionados.
Vieira (2019)	Analisar os efeitos das instituições fiscais sobre a condição financeira dos estados brasileiros, segundo as dimensões temporais de curtíssimo, curto e longo prazos	26 estados e Distrito Federal, no período de 2002 a 2018	- O grau de cumprimento do limite de endividamento contribui para a melhoria da Solvência de Caixa (curtíssimo prazo) e de Longo Prazo, ao passo que o grau de cumprimento do limite de gastos com pessoal afeta apenas a Solvência Orçamentária (curto prazo).

Autor (Ano)	Objetivo	Objeto e Período	Principais Resultados
			<ul style="list-style-type: none"> - Os estados com menor dependência por transferências tendem a ter melhor Solvência Orçamentária (curto prazo). - A redistribuição de receitas pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) equaciona os desequilíbrios verticais e horizontais financeiros dos estados, influenciando positivamente a condição financeira de curto prazo. - O ano eleitoral, utilizado no modelo como variável de controle, no que tange à solvência orçamentária, teve relação positiva e significativa nos dois últimos mandatos analisados, entre os anos de 2011 e 2018.
Bartoluzzio e Anjos (2020)	Analisar como incentivos político-eleitorais influenciam a gestão fiscal dos municípios brasileiros e seus desdobramentos nos resultados eleitorais	425 municípios, no período de 2006 a 2016	<ul style="list-style-type: none"> - Os partidos reconduzidos possuem melhores condições de liquidez no curto prazo, com desempenhos alavancados em períodos estratégicos, como em anos eleitorais. - No ano pós-eleitoral, os níveis de condição fiscal se retraem para patamares inferiores ao alcançado pela gestão no início do primeiro mandato, de modo que os políticos podem se utilizar de estratégias fiscais para evitar que o equilíbrio fiscal seja prejudicado nos momentos estratégicos e postergar o desembolso para o ano pós-eleitoral, decisão que não prejudicaria a gestão fiscal atual e o recebimento de votos. - Os déficits fiscais no ano eleitoral são evitados em razão do impacto

Autor (Ano)	Objetivo	Objeto e Período	Principais Resultados
			negativo que podem exercer nos eleitores.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Alguns pontos podem ser destacados com base nas informações apresentadas nos Quadros 2 e 3. Verifica-se que os estudos internacionais elencados no Quadro 2 utilizam os municípios e os países para testar a existência dos ciclos políticos sobre o resultado orçamentário, a partir do déficit apresentado no período eleitoral.

No cenário econômico, as pesquisas têm como objeto de estudo três categorias de países: a) desenvolvidos; b) com economia em transição; e c) em desenvolvimento, sobre as quais já foi relatada a presença dos ciclos políticos sobre variáveis orçamentárias (Mackic, 2014). Percebe-se, entretanto, que as pesquisas estão mais direcionadas para as duas últimas categorias.

Na prática, os países com economia em transição fazem parte do conjunto de países em desenvolvimento, porém são analisados de maneira segregada por tratar-se de países que conviveram fora do sistema capitalista e, com o passar dos anos, foram migrando para a economia de mercado. Pelo menos no que tange à relação entre o desempenho orçamentário e os ciclos eleitorais, possuem as mesmas características dos países em desenvolvimento, com o crescimento de déficits orçamentários no período eleitoral seguido de correção do equilíbrio orçamentário após as eleições, como se depreende dos estudos de Radonjic, Despotovic e Cvetanovic (2020).

A ausência de mais estudos em governos locais de países desenvolvidos possivelmente pode ser influenciada pelos resultados já reportados na literatura de que nestes países, dado o nível de conservadorismo dos eleitores (Peltzman, 1992; Garmann, 2017), os governantes preferem alterar a composição dos gastos em detrimento dos gastos totais e da geração de déficit público (Brender, 2003).

Ademais, conforme Quadro 2, os estudos internacionais indicam a existência de déficit ou prejuízo à solvência orçamentária no ano eleitoral. No contexto brasileiro, os achados de Klein (2010) guiavam na mesma direção, sugerindo que o acréscimo nos gastos aumentava as chances de reeleição, desde que esses gastos fossem feitos dentro dos limites de déficits aceitáveis pelos eleitores.

Contudo, de acordo com o Quadro 3, Vieira (2019) e Bartoluzzio e Anjos (2020) indicam, tanto em estados como em municípios brasileiros, respectivamente, a influência positiva e significativa do ano eleitoral sobre a solvência orçamentária, bem como de que os déficits no ano eleitoral são evitados em razão do impacto negativo que podem exercer nos eleitores.

2.4 HIPÓTESES DA PESQUISA

Os governantes, enquanto agentes econômicos maximizadores de utilidade, visam atingir seus próprios interesses, com a intenção de aumentar a quantidade de votos (Downs, 1957). Assim, priorizam os gastos visíveis próximos à eleição que possam gerar benefícios imediatos (Rogoff; Sibert, 1988; Rogoff, 1990).

Em termos orçamentários e fiscais, considerando os governos locais de países em desenvolvimento, as manipulações oportunistas dos governantes com finalidade eleitoral estão relacionadas com o volume de gastos (Sakurai, 2005; Sakurai; Menezes-Filho, 2011) e o endividamento público (García-Sánchez; Prado-Lorenzo; Cuadrado-Ballesteros, 2011; Oliveira; Dall'Asta; Zonatto; Martins, 2021; Wyse; Machado; Gomes; Fernandez, 2022), tendo sido verificadas notadamente no ano pré-eleitoral (Veiga; Veiga, 2007a; Vergne, 2009; Drazen; Eslava, 2010) e no ano eleitoral (Sakurai, 2005; Klein, 2010; Arvate; Mendes; Rocha, 2010; Sakurai; Menezes-Filho, 2011).

Essa prática tem respaldo na manipulação estratégica e oportunista dos gestores para tentar se reeleger ou de manter seu grupo político no poder e no comportamento míope dos eleitores, os quais enfatizam mais os feitos governamentais recentes em detrimento dos feitos antigos (Nordhaus, 1975), escolhendo os governantes com base nas ações promovidas no ano eleitoral.

A situação de déficit orçamentário no ano pré-eleitoral e no ano eleitoral em governos locais de países em desenvolvimento, a qual está relacionada às manipulações oportunistas sobre a despesa pública, é consistente com a teoria dos ciclos político-orçamentários (Bohn; Sturm, 2021; Huang *et al.*, 2023). No contexto da assimetria intertemporal ou temporária da informação gerada, como aborda Rogoff (1990), os gestores acabam escondendo déficits dos eleitores, o que lhes traz benefícios no momento do pleito.

Contudo, no contexto brasileiro, considerando as restrições institucionais impostas e o efeito da sinalização dos governantes (Klein; Sakurai, 2015), de que são aptos para prover bens e serviços à população e atuam com responsabilidade, a condição de déficit fiscal no ano eleitoral é evitada em razão do impacto negativo que pode exercer nos eleitores (Bartoluzzio; Anjos, 2020). Isso levou à elaboração das hipóteses H1 e H2.

H1: O ano pré-eleitoral reduz o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros.

H2: O ano eleitoral aumenta o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros.

No período posterior à eleição, pesquisas relataram redução na despesa pública (Nakaguma; Bender, 2010; Vicente; Nascimento, 2012; Santos; Wakim; Fernandes, 2021) como uma forma de compensação pelo aumento provocado nos anos pré-eleitoral e eleitoral.

No Brasil, considerando o distanciamento da condição de déficit orçamentário no ano eleitoral (Klein; Sakurai, 2015; Bartoluzzio; Anjos, 2020), a circunstância de redução de gastos após a eleição, em termos de desempenho orçamentário, leva à manutenção do superávit, pressupondo, inclusive, um resultado superavitário maior em relação ao do ano eleitoral.

Ainda que os políticos possam se utilizar de estratégias fiscais para evitar que o equilíbrio orçamentário seja prejudicado nos momentos estratégicos (eleição) e postergar a assunção de compromissos para o ano pós-eleitoral (Bartoluzzio; Anjos, 2020), o início de um novo mandato caracteriza-se por uma redução no volume global de despesas (Santos; Wakim; Fernandes, 2021) em um cenário de reorganização administrativa. Isso levou à elaboração da hipótese H3.

H3: O ano pós-eleitoral aumenta o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros.

No tópico seguinte, é apresentada a metodologia que foi desenvolvida para o alcance do objetivo geral desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 UNIVERSO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO

O universo desta pesquisa é composto pelos 5.568 municípios brasileiros no período de 2013 a 2022, compreendendo dois mandatos eleitorais (2013-2016 e 2017-2020). Desse total, foram excluídos da amostra os municípios que apresentavam algum dado financeiro faltante relacionado à variável de interesse (desempenho orçamentário), especificamente a receita arrecadada ou a despesa empenhada no exercício.

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios por região e por habitante que fizeram parte da amostra final da pesquisa, correspondendo a 89% do universo.

Tabela 1 – Amostra da pesquisa por região e por habitante

Amostra da pesquisa por região				Amostra da pesquisa por habitante			
Região	Universo	Amostra	%	Habitantes (2022)	Universo	Amostra	%
Norte	450	355	79%	≤ 5.000	1.323	1.169	88%
Nordeste	1.793	1.612	90%	> 5.000 e ≤ 10.000	1.171	1.040	89%
Sul	1.191	1.062	89%	> 10.000 e ≤ 20.000	1.366	1.213	89%
Sudeste	1.668	1.540	92%	> 20.000 e ≤ 50.000	1.053	937	89%
Centro-Oeste	466	393	84%	> 50.000	655	603	92%
Total	5.568	4.962	89%	Total	5.568	4.962	89%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Foram escolhidos os municípios como objeto de estudo em razão da proximidade entre os governos municipais e as demandas dos cidadãos. Nesse aspecto, os governantes conhecem as necessidades das comunidades locais e têm papel importante na produção de bens e na prestação de serviços públicos.

3.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados exclusivamente pela *internet*. Os dados que compuseram as variáveis financeiras foram coletados no banco de dados Finanças do Brasil (FINBRA), por

meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), um sistema público desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, entidade do Governo Federal, com o objetivo de integrar a contabilidade orçamentária, patrimonial e analítica dos entes nacionais e de tornar-se uma ferramenta para disseminação de práticas de transparência pública e de controle social.

O SICONFI passou a ser utilizado massivamente a partir de 2015, automatizando o fluxo de informações contábeis e fiscais padronizadas e recebendo informações qualificadas e mais confiáveis. Isso levou à escolha dos dois últimos mandatos eleitorais como período de estudo desta dissertação.

Os dados eleitorais foram obtidos no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os relacionados ao tamanho da população no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados relativos a emprego foram coletados na base do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A variável dependente desta pesquisa é o desempenho orçamentário dos municípios apurado no exercício, o qual se caracteriza como uma das perspectivas de análise da solvência orçamentária municipal (Lima; Diniz, 2016), sendo utilizada como *proxy* a Equação 1.

Equação 1 – *Proxy* para cálculo do desempenho orçamentário

$$DesOrc_{it} = \frac{Receita Arrecadada - Deduções}{Despesa Empenhada}$$

Tendo em vista os estágios pelos quais passam a receita e a despesa pública, a utilização da receita arrecadada e da despesa empenhada atende o disposto na Lei nº 4.320/64, que, em seu artigo 35, I e II, determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas (Brasil, 1964).

Nesse aspecto, considera-se a soma das categorias corrente e capital, de modo que o resultado maior que 1 indica que o município possui desempenho superavitário, isto é, as

receitas geradas são suficientes para atender as despesas executadas. De modo contrário, o ente é deficitário. As deduções sobre a receita arrecadada dizem respeito aos recursos destinados à formação do FUNDEB e outras deduções incidentes sobre as transferências governamentais recebidas, as quais não ingressam efetivamente no caixa municipal.

No sentido de atingir o objetivo geral desta pesquisa, que é o de analisar a influência dos anos pré-eleitoral (*AnoPré*), eleitoral (*AnoEle*) e pós-eleitoral (*AnoPós*) sobre o desempenho orçamentário dos entes municipais brasileiros, foram definidas as variáveis independentes constantes do Quadro 4 e indicadas as relações esperadas com base na literatura disposta na Subseção 2.4 (Hipóteses da Pesquisa).

Quadro 4 – Relação das variáveis independentes

Variável	Classificação	Descrição	Sinal esperado	Hipótese
AnoPré _{it}	1	O ano é anterior ao de ocorrência do pleito	-	H1
	0	O ano não é anterior ao de ocorrência do pleito		
AnoEle _{it}	1	O ano é eleitoral	+	H2
	0	O ano não é eleitoral		
AnoPós _{it}	1	O ano é posterior ao de ocorrência do pleito	+	H3
	0	O ano não é posterior ao de ocorrência do pleito		

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Conforme abordado anteriormente, o desempenho orçamentário é objeto de análise da solvência orçamentária municipal, a qual representa parte de um conceito mais amplo, o da condição financeira. Levando-se em consideração que a condição financeira governamental é influenciada por fatores internos e externos à organização (Groves; Valente, 2003), foram selecionadas, como controle, as variáveis discriminadas no Quadro 5, no âmbito das dimensões fiscal, demográfica e social, acrescidas da dimensão eleitoral tendo em vista o escopo desta dissertação.

Quadro 5 – Variáveis de controle utilizadas na pesquisa

Dimensão	Variável	Descrição	Pesquisas relacionadas
Fiscal	AutFin _{it}	Autonomia financeira do município <i>i</i> no ano <i>t</i> , representada pela fórmula: (Receitas Correntes – Transferências Correntes) / Receitas Correntes	Vieira, 2019; Bisogno <i>et al.</i> , 2019; Santis, 2020
Demográfica	Pop _{it}	Tamanho do município <i>i</i> , representado pelo logaritmo da população no ano <i>t</i>	Berne; Schramm, 1986; Lima; Diniz, 2016
Social	Emp _{it}	Base de emprego do município <i>i</i> no ano <i>t</i> , representada pela geração ou redução do número de postos de trabalho	Berne; Schramm, 1986; Lima; Diniz, 2016
Eleitoral	PME _{it}	Variável <i>dummy</i> que representa se o Prefeito do município <i>i</i> exerce, no ano <i>t</i> , o primeiro mandato eleitoral	Queiroz, 2018

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Com a inclusão da variável eleitoral, busca-se controlar os efeitos das práticas adotadas pelos gestores municipais em primeiro mandato, visto que há um comportamento diferenciado no controle das contas públicas entre gestores em primeiro e segundo mandato. Pressupõe-se que aqueles têm mais incentivos para se comportarem de forma oportunista em relação a estes, uma vez que possuem o interesse de permanecer no poder (Queiroz, 2018).

3.4 MODELO ECONÔMÉTRICO

O modelo utilizado para verificar as hipóteses da pesquisa foi a regressão com dados em painel, tendo em vista que a amostra é composta por dados temporais, abrangendo os anos de 2013 a 2022, e por dados seccionais, os municípios brasileiros. Optou-se pela utilização de um painel desbalanceado, dado que, ao contrário das variáveis dependente e independentes de interesse, a variável de controle *AutFin* possuía um número incompleto de observações. Essa escolha minimiza o viés de prevalência da amostra.

A Equação 2 apresenta o modelo econométrico utilizado para verificar a influência do ciclo eleitoral sobre o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros.

Equação 2 – Modelo econométrico utilizado na pesquisa

$$DesOrc_{it} = \beta_0 + \beta_1 AnoPré_{it} + \beta_2 AnoEle_{it} + \beta_3 AnoPós_{it} + \beta_4 Con_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que:

$DesOrc_{it}$ representa o desempenho orçamentário do município i no ano t ;

$AnoPré_{it}$ é uma *dummy* que representa se o ano t é anterior ao de ocorrência do pleito;

$AnoEle_{it}$ é uma *dummy* que representa se o ano t é ano eleitoral;

$AnoPós_{it}$ é uma *dummy* que representa se o ano t é posterior ao de ocorrência do pleito;

Con_{it} representa o vetor de variáveis de controle utilizadas na pesquisa: Autonomia Financeira ($AutFin_{it}$), População (Pop_{it}), Emprego (Emp_{it}) e Primeiro Mandato Eleitoral (PME_{it}); e

ε_{it} representa o termo de erro da regressão.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção se destina a analisar o comportamento das variáveis da pesquisa e identificar os efeitos das variáveis independentes de interesse sobre o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A pesquisa analisou o total de 49.620 observações, no período de 2013 a 2022. Com base nas estatísticas descritivas da Tabela 2, a variável dependente *DesOrc* apresentou média positiva durante os anos analisados, o que indica que, na média, os municípios alcançaram superávit orçamentário (resultado maior que 1). Percebe-se, contudo, a partir do valor mínimo, que alguns municípios tiveram déficit orçamentário ao final do exercício, isto é, o volume de despesas empenhadas foi superior ao de receitas arrecadadas, e isso representou 36% (17.749) do total de observações.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis da pesquisa

Variável	Observações	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
DesOrc	49.620	1,036811	0,2148266	0,0003944	26,9464
Pop	49.620	38.373,06	225.809,80	771	1,24e+07
Emp	49.620	88,71048	2.610,485	-138.939	336.836
AutFin	49.456	0,1471518	0,1177457	0	1
PME (Mandato 2013-2016)	19.848	0,7688432	0,4215831	0	1
PME (Mandato 2017-2020)	19.848	0,7775091	0,4159296	0	1
PME (Mandato a partir de 2021)	9.924	0,6396614	0,4801228	0	1

Nota: DesOrc = Desempenho Orçamentário; Pop = População; Emp = Emprego; AutFin = Autonomia Financeira; PME = Primeiro Mandato Eleitoral.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Em relação ao comportamento das variáveis *Pop* e *Emp*, verificou-se a prevalência das características dos municípios de menor porte, com população média de 38 mil habitantes e com 89 postos de trabalho gerados no período analisado. Deve-se destacar a disparidade dos municípios brasileiros, em termos populacionais, o que acaba impactando o nível socioeconômico das comunidades locais: enquanto o município de Serra da Saudade (MG)

tinha 771 habitantes em 2021, o município de São Paulo (SP) computava 12,4 mi no mesmo período.

Ademais, a autonomia financeira média (*AutFin*) foi de 15% entre 2013 e 2022, e aproximadamente 77% dos gestores municipais estavam no primeiro mandato eleitoral (*PME*), tanto no período 2013-2016 como em 2017-2020.

Cabe destacar que uma baixa autonomia financeira, como a apresentada nesta pesquisa, indicada pelo nível de receitas correntes próprias do ente em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, coloca o município em condição de dependência de outras instâncias federativas para obtenção dos recursos que necessita para atender às demandas de seus cidadãos, isto é, quanto maior a dependência por transferências intergovernamentais, menor a autonomia do governo subnacional (Vieira, 2019; Bisogno *et al.*, 2019).

Sob outro aspecto, o comportamento da variável dependente (desempenho orçamentário) pode ser verificado em função dos anos de mandato eleitoral, de forma geral; e em função de cada ano, conforme Tabelas 3 e 4, respectivamente.

A elaboração da Figura 1 leva em consideração os dados da Tabela 3 e deixa mais visível a variação média do desempenho orçamentário nos anos de mandato. Para essa construção, foram obtidas as médias do desempenho orçamentário condensando os anos de 2013, 2017 e 2021, identificados como 1º ano de mandato; 2014, 2018 e 2022 como 2º ano; 2015 e 2019 como 3º ano; 2016 e 2020 como 4º ano de mandato.

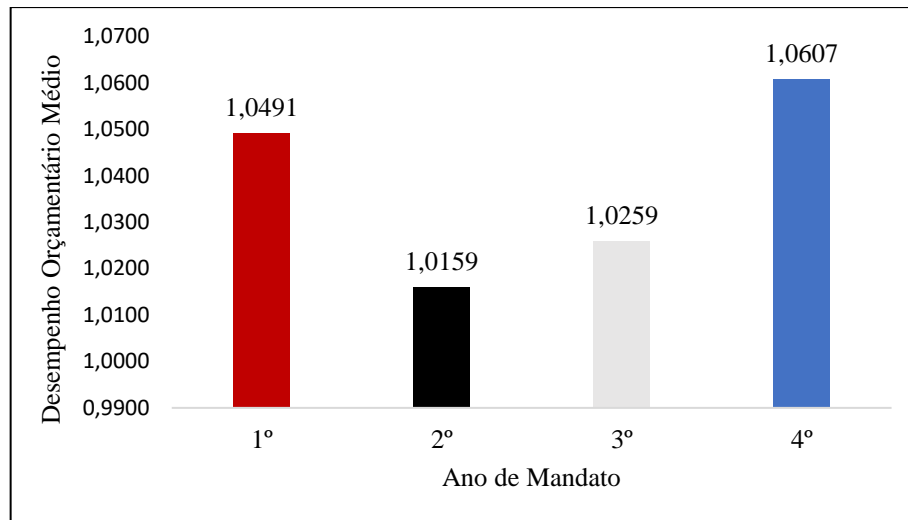
Tabela 3 – Média do desempenho orçamentário por ano de mandato

Item	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	<i>Kruskal-Wallis*</i>
Média	1,0491	1,0159	1,0259	1,0607	0,0001
Desvio-Padrão	0,1207	0,1769	0,0987	0,3882	

Nota: *Indica o p-valor do teste.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Figura 1 – Média do desempenho orçamentário por ano de mandato



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O teste de normalidade de *Shapiro-Wilk* (p-valor 0,0000) indicou a utilização de teste não-paramétrico (*Kruskal-Wallis*) com o objetivo de verificar a significância entre as diferenças de médias, cujos resultados demonstraram que a diferença nas médias foi estatisticamente significativa (p-valor 0,0001).

Percebe-se que o indicador de desempenho orçamentário decresce do 1º para o 2º ano de mandato do Prefeito (de 1,0491 para 1,0159) e aumenta nos anos subsequentes, até atingir o patamar máximo de 1,0607 no 4º ano de mandato (ano eleitoral). Essa circunstância está consonante com os achados de Vieira (2019) e Bartoluzzio e Anjos (2020), que verificaram uma influência positiva do ano eleitoral (4º ano de mandato) sobre a solvência orçamentária dos governos locais brasileiros (estados e municípios, respectivamente).

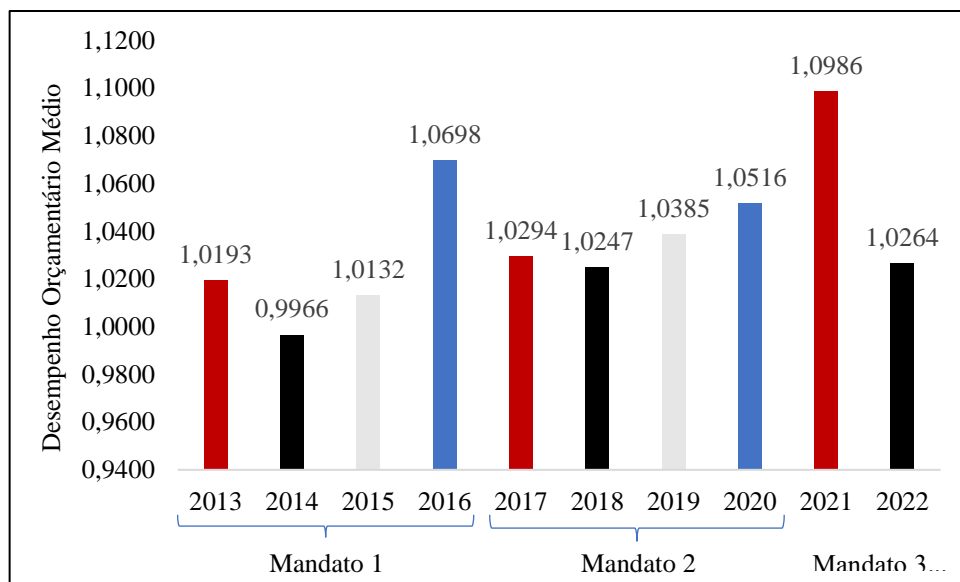
De modo a verificar mais detalhes sobre as características da variável dependente, foi elaborada a Tabela 4, na qual o desempenho orçamentário foi segregado ano a ano, no período de 2013 a 2022. Para melhor visualização da variação das médias encontradas, foi construída a Figura 2.

Tabela 4 – Média do desempenho orçamentário em cada ano pesquisado

Item	2013	2014	2015	2016	2017	Kruskal-Wallis*
Média	1,0193	0,9966	1,0132	1,0698	1,0294	
Desvio-Padrão	0,1125	0,2767	0,1032	0,4979	0,1199	
Item	2018	2019	2020	2021	2022	
Média	1,0247	1,0385	1,0516	1,0986	1,0264	
Desvio-Padrão	0,0905	0,0923	0,2310	0,1136	0,0927	

Nota: *Indica o p-valor do teste.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Figura 2 – Média do desempenho orçamentário em cada ano pesquisado

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Nos moldes da Tabela 3 já analisada, percebe-se um aumento do indicador médio de desempenho orçamentário municipal no ano eleitoral – 4º ano de mandato –, momento em que atinge o patamar mais alto dentro de cada ciclo (representados pelos anos de 2016 e 2020).

A literatura nacional sobre ciclos políticos aborda o aumento da despesa pública no ano eleitoral (Sakurai, 2005; Klein, 2010; Arvate; Mendes; Rocha, 2010; Sakurai; Menezes-Filho, 2011), seguido de uma redução dos gastos no ano que sucede à eleição (Nakaguma; Bender, 2010; Vicente; Nascimento, 2012; Santos; Wakim; Fernandes, 2021). Em virtude disso, como já evidenciado na Subseção 2.4 (Hipóteses da Pesquisa), era de se supor que o desempenho orçamentário médio no ano eleitoral fosse inferior ao do ano pós-eleitoral, o que não ocorreu entre os anos de 2016 e 2017, conforme Figura 2. Isso indica que os governantes podem se valer

de outros mecanismos de ganho de imagem no ano eleitoral – além das restrições legais impostas e do efeito da sinalização perante os eleitores –, a exemplo do gerenciamento da percepção do cidadão no sentido de que seja visto e avaliado de modo favorável no momento do pleito (Nobre, 2017).

Em 2021, por outro lado, o desempenho orçamentário médio foi maior em relação ao de 2020. Destaca-se, inclusive, que naquele ano o indicador médio foi de 1,0986, o mais alto em todo o período analisado. Contudo, no exercício de 2021 houve contenção de gastos a nível nacional, especialmente de despesas com pessoal, em razão do direcionamento de esforços para a concretização do plano de enfrentamento ao coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), nos termos da Lei Complementar nº 173/2020 (Brasil, 2020), o que pode ter influenciado de modo desproporcional o desempenho orçamentário médio dos municípios. Afora isso, a média de 2022 (1,0264) voltou ao patamar de desempenho orçamentário de 2018 (1,0247), diferenciando o segundo ano em relação aos demais períodos por serem os de menor média em cada mandato eleitoral.

4.2 ANÁLISE ECONOMÉTRICA

Para validar as hipóteses formuladas pela pesquisa, foi aplicado o modelo econométrico disposto na Equação 2, apresentado no item 3.4 desta dissertação, cujos resultados estimados constam da Tabela 5.

Utilizou-se o método econométrico da regressão com dados em painel com efeitos fixos, tendo em vista que os testes de diagnóstico de painel (Chow: p-valor 0,0000; Breusch-Pagan: p-valor 0,0000; e Hausman: p-valor 0,0000) indicaram que o modelo de efeitos fixos era mais apropriado em relação aos modelos de efeitos aleatórios e MQO agrupado (*pooled*).

Os pressupostos do modelo de regressão foram examinados pelos testes Wald e Wooldridge, os quais indicaram, respectivamente, heterocedasticidade (p-valor 0,0000) e ausência de autocorrelação nos resíduos (p-valor 0,3156). Para corrigir o problema da heterocedasticidade, adotou-se a técnica de estimação dos erros-padrão robustos.

Tabela 5 – Influência dos anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral sobre o desempenho orçamentário dos municípios

Variável	Coefficiente	Erro Padrão+	Estatística t	p-valor
AnoPré	0,0110706	0,00135045	8,198	0,0000
AnoEle	0,0462034	0,00436511	10,58	0,0000
AnoPós	0,0346849	0,00136744	25,36	0,0000
AutFin	0,0853609	0,10055	0,8489	0,3960
Pop	-0,0365834	0,0261425	-1,399	0,1618
Emp	6,77249e-07	3,45734e-07	1,959	0,0502
PME	-0,00080052	0,00224628	-0,3564	0,7216
Constante	1,15361	0,106637	10,82	0,0000

Descrição	Valor	p-valor
Teste F	119,523	0,0000
<i>Chow</i>	1,30066	0,0000
<i>Breusch-Pagan</i>	171,578	0,0000
<i>Hausman</i>	50,4016	0,0000
<i>Wald</i>	1,66822e+07	0,0000
<i>Woodridge</i>	1,00714	0,3156

Notas: (1) AnoPré = Ano Pré-Eleitoral; AnoEle = Ano Eleitoral; AnoPós = Ano Pós-Eleitoral; AutFin = Autonomia Financeira; Pop = População; Emp = Emprego; PME = Primeiro Mandato Eleitoral. (2) O símbolo + significa que foram estimados erros-padrão robustos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Com base nos resultados apresentados na Tabela 5, percebe-se que as variáveis independentes desta pesquisa (*AnoPré*, *AnoEle* e *AnoPós*) foram significativas, ao nível de 1%, para explicar a variação do desempenho orçamentário, todas com influência positiva. Em uma análise conjunta com os dados apresentados na Figura 2, verifica-se que o desempenho orçamentário médio foi superior nos anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral quando comparado ao segundo ano de mandato.

A influência do ano pré-eleitoral (*AnoPré*) contrariou o que dispõe a literatura sobre os governos locais de países em desenvolvimento. Nestes casos, a exemplo do último estudo realizado por Huang *et al.* (2023) em Taiwan, a existência de déficit no ano pré-eleitoral é consistente com a teoria dos ciclos políticos. Isso ocorre como resultado direto da maximização de interesses dos governantes a partir do aumento oportunista da despesa pública.

Por sua vez, os resultados obtidos pela variável *AnoEle* corroboram com os achados de Klein e Sakurai (2015) e de Bartoluzzio e Anjos (2020). No caso do Brasil, dadas as restrições institucionais impostas e o efeito da sinalização dos governantes (Klein; Sakurai, 2015), de que são aptos para prover bens e serviços à população e atuam com responsabilidade, alinhados

com os mecanismos de gerenciamento da percepção do cidadão no sentido de que seja visto e avaliado de modo favorável no momento do pleito (Nobre, 2017), a condição de déficit fiscal no ano eleitoral é evitada em razão do impacto negativo que pode exercer nos eleitores (Bartoluzzio; Anjos, 2020).

Dentro das restrições institucionais impostas, que notadamente influenciaram o desempenho orçamentário positivo também no ano pré-eleitoral (*AnoPré*), estão os mecanismos de contenção do gasto público constantes da Lei Eleitoral e da LRF (Klein, 2010; Klein; Sakurai, 2015), dentre os quais pode ser destacada a restrição nas despesas com pessoal próximo à eleição (Brasil, 1997b) e a limitação de empenho quando as receitas não comportarem o cumprimento da meta de resultado primário ou nominal, bem como a proibição de contrair obrigação de despesa, nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem a correspondente disponibilidade de caixa (Brasil, 2000); circunstâncias, estas, que limitam o empenho da despesa e conseqüentemente o déficit orçamentário.

Na visão de Klein e Sakurai (2015), a preterição do déficit fiscal por resultados mais visíveis ao eleitor e por gastos mais direcionados é consistente com os modelos de sinalização desenvolvidos nas últimas décadas no contexto dos ciclos político-orçamentários, bem como com os modelos de ciclos condicionais, em que os titulares visam maximizar as suas possibilidades de reeleição, ao mesmo tempo em que estão sujeitos a restrições sobre os déficits.

Em relação ao ano pós-eleitoral (variável *AnoPós*), os resultados estão alinhados com os achados de Nakaguma e Bender (2010), Vicente e Nascimento (2012), Randonjic, Despotovic e Cvetanovic (2020) e de Santos, Wakim e Fernandes (2021), por se tratar de um período de readequação administrativa no início de um novo mandato eletivo.

Nesse sentido, pode-se rejeitar a hipótese H1 (*O ano pré-eleitoral reduz o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros*), ao tempo em que não é possível rejeitar as hipóteses H2 (*O ano eleitoral aumenta o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros*) e H3 (*O ano pós-eleitoral aumenta o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros*). Os governantes se utilizam de estratégias oportunistas para conseguir sucesso no pleito, mas se adequam às restrições impostas à existência do déficit orçamentário durante o mandato eleitoral, demonstrando que esta é uma condição que reduz a amplitude do ciclo político no Brasil.

Assim, para os fins desta pesquisa, não foi constatado ciclo eleitoral de déficit, embora tenha sido identificado um padrão de comportamento cíclico dos níveis de superávit

orçamentário em cada período de mandato eleitoral, nos moldes apresentados nas Tabelas 3 e 4.

No que tange à condição financeira governamental, o desempenho superavitário tem notável importância para a sustentabilidade financeira de curto prazo dos governos locais (Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2014), uma vez que é o controle rigoroso do equilíbrio entre receitas e despesas públicas o responsável pela prevenção de futuros problemas de viabilidade financeira (Bisogno *et al.*, 2019).

De acordo com os estudos seminais de Berne e Schramm (1986), a influência do tamanho da população (variável *Pop*) sobre os componentes da condição financeira dos governos locais é inespecífica, isto é, pode ser positiva ou negativa a depender da amostra analisada. Nesse ponto, destacando a influência positiva, Groves e Valente (2003) abordam que o aumento da população provoca aumento da arrecadação, ao mesmo tempo em que exige mais investimentos por parte dos governos. De igual forma, para os autores, o aumento pode elevar a receita de transferência intergovernamental, enquanto a diminuição pode reduzir a receita arrecadada em consequência do declínio na receita de vendas no setor privado e da redução da renda pessoal e empresarial.

Entretanto, os resultados da presente pesquisa dão conta da influência negativa da população (variável *Pop*) sobre o desempenho orçamentário municipal, se coadunando com achados mais recentes, como os de Rodríguez-Bolívar, Navarro-Galera, Alcaide-Muñoz e López-Subirés (2016). A relação negativa pode decorrer da elevação da pressão por gastos para que o município atenda a um nível de necessidades cada vez maior (Lima; Diniz, 2016), prejudicando a capacidade dos entes públicos de honrar seus compromissos.

A base de emprego (variável *Emp*) se relaciona às atividades comerciais e à renda pessoal (Groves; Valente, 2003). Para Lima e Diniz (2016), se a base de emprego de uma localidade é crescente, proporcionando renda para o comércio local e garantindo proteção contra as flutuações econômicas de curto prazo, haverá uma influência positiva na condição financeira do governo, caso contrário, observam-se sinais de recaída da atividade econômica e redução na receita do governo. Quando relacionada à renda pessoal, a base de emprego representa uma medida de influência na capacidade da comunidade para dar suporte a seu setor comercial (Lima; Diniz, 2016).

De acordo com os resultados desta pesquisa, o emprego influencia positivamente o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros, indo ao encontro do que dispõe a

literatura da condição financeira. Isso demonstra que o aumento no nível de geração de emprego é um indicativo de acréscimo de receitas e um mecanismo de estabilização da economia local.

A autonomia financeira (variável *AutFin*) diz respeito à capacidade do governo de suprir suas necessidades com seus próprios recursos, sem depender de transferências financeiras de outras instâncias federativas (Dafflon; Madies, 2013). Esse conceito se relaciona com a responsabilidade do governante, como abordam Oates (2008) e Vieira (2019), de modo que, quanto maior for a participação da base própria de receita na arrecadação total do ente subnacional maior será a disciplina fiscal, tendo por consequência uma melhor solvência orçamentária governamental.

Os resultados desta pesquisa corroboram com a literatura, mostrando uma influência positiva da autonomia financeira sobre o desempenho orçamentário. Embora não significativa para a amostra selecionada (p-valor: 0,3960), quanto maior a capacidade de obtenção de receitas próprias ou quanto menor for a dependência de recursos financeiros de outras instâncias federativas, mais o município está apto a prover bens e serviços à população de modo sustentável.

A variável *PME* também não foi estatisticamente significativa para o conjunto de dados (p-valor: 0,7216), mas influenciou negativamente o desempenho orçamentário municipal, apresentando a relação esperada pela literatura, segundo a qual há um comportamento diferenciado no controle das contas públicas entre gestores que estão em primeiro e em segundo mandato. Os gestores em primeiro mandato têm mais incentivos para se comportarem de forma oportunista em relação aos que estão em segundo mandato, uma vez que possuem o interesse de permanecer no poder (Queiroz, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou verificar como os ciclos eleitorais influenciam o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros. A amostra consistiu em 4.962 municípios (89% do universo) no período de 2013 a 2022, compreendendo dois mandatos eleitorais.

Foi estabelecida como variável dependente o desempenho orçamentário (*DesOrc*), mensurado pelo quociente entre as receitas arrecadadas e a despesa empenhada no exercício, e, como variáveis independentes de interesse, *dummies* representativas do ciclo eleitoral, segregadas em ano pré-eleitoral (*AnoPré*), ano eleitoral (*AnoEle*) e ano pós-eleitoral (*AnoPós*). Além disso, foram incluídas como variáveis de controle a autonomia financeira (*AutFin*), o tamanho da população (*Pop*), o número de empregos gerados (*Emp*) e uma *dummy* que representava se os gestores desempenhavam o primeiro mandato eleitoral (*PME*).

Os resultados indicaram que o ano pré-eleitoral, o ano eleitoral e o ano pós-eleitoral influenciam positivamente o desempenho orçamentário. Com base nisso, rejeitou-se a hipótese H1 (*O ano pré-eleitoral reduz o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros*) e não foi possível rejeitar as hipóteses H2 (*O ano eleitoral aumenta o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros*) e H3 (*O ano pós-eleitoral aumenta o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros*).

Para o desempenho orçamentário médio positivo nos três anos analisados, verifica-se o efeito que têm as restrições institucionais impostas aos governantes, capitaneadas pela LRF e pela Lei Eleitoral, revelando-se como mecanismos de contenção do gasto público, da dívida e, por consequência, dos déficits fiscais. Essa circunstância restringe a amplitude dos ciclos eleitorais no Brasil, nos moldes apontados por Klein (2010) e Klein e Sakurai (2015).

Especificamente no ano eleitoral, para além das restrições, o efeito da sinalização dos governantes de que são aptos para prover bens e serviços à população e atuam com responsabilidade, alinhado ao gerenciamento da percepção do cidadão no sentido de que seja visto e avaliado de modo favorável no momento do pleito, faz com que seja evitada a condição de déficit fiscal, motivada pelo impacto negativo que este resultado pode exercer nos eleitores.

Nesse aspecto, estando presente o modelo de ciclos políticos condicionais, não foi constatada a existência de ciclo de déficit, embora tenha sido identificado um padrão de comportamento cíclico dos níveis de superávit orçamentário em cada mandato eleitoral.

No contexto da condição financeira governamental, o desempenho orçamentário médio positivo em todos os anos analisados é favorável para que os entes municipais adquiram viabilidade financeira e aumentem a capacidade, por seus próprios recursos, de construir soluções para atender as necessidades de seus cidadãos, embora o oportunismo fiscal presente em determinadas ações dos governantes necessite de controle permanente, especialmente da sociedade.

Nos países em desenvolvimento, em termos orçamentários, as manipulações dos gestores no período eleitoral podem ocorrer na composição de gastos públicos ou no montante da despesa, ocasionando, no segundo caso, déficit fiscal. Esta pesquisa contribui com a literatura no sentido de que, nos municípios brasileiros, considerando os dois últimos mandatos eleitorais, o resultado deficitário vem sendo evitado. Esse fato direciona os estudos para análise da amplitude do oportunismo fiscal na composição da despesa pública (estrutura do gasto).

Foram observadas limitações quanto à qualidade dos dados financeiros utilizados no período de estudo. A STN, com o passar dos anos, vem aprimorando os controles no SICONFI para que os entes subnacionais (estados e municípios) declarem dados uniformes e consistentes, como forma de aumentar a confiabilidade. Nesse sentido, sugere-se, para as novas pesquisas, a continuidade da análise em períodos futuros.

Além disso, sugere-se a ampliação do escopo para considerar outras instâncias federativas locais, como os estados brasileiros, incluindo a possibilidade de comparação do desempenho na última década do indicador do desempenho orçamentário entre países, cuja análise pode ser segregada entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, J. Political economic cycles. **International Review for Social Sciences**, v. 1, n. 2, p. 107-117, 1947.
- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.
- ALESINA, A.; PARADISI, M. Political budget cycles: evidence from italian cities. **Economics & Politics**, v. 29, n. 2, p. 157-177, 2017.
- ALESINA, A.; SACHS, J. Political parties and business cycle in the United States, 1948- 1984. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n. 1, p. 63-82, 1988.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D. Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 530-550, 2006.
- ARNETT, S. State Fiscal Condition Ranking the 50 States. Working Paper. Mercatus Center – George Mason University. No. 14-02, January 2014.
- ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; TAVARES, J. A. Budget deficits and reelection prospects: voters as fiscal conservatives in a new democracy. **Economic Letters**, v. 102, n. 2, p. 125-127, 2009.
- ARVATE, P. R.; MENDES, M.; ROCHA, A. Are voters fiscal conservatives?. Evidence from Brazilian municipal elections. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 67-101, 2010.
- BARTOLUZZIO, A. I. S. S.; ANJOS, L. C. M. Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 167-180, 2020.
- BERNE, R.; SCHRAMM. **The financial analysis of governments**. New Jersey: Prentice Hall, 1986.
- BISOGNO, M.; CUADRADO-BALLESTEROS, B.; SANTIS, S.; CITRO, F. Budgetary solvency of Italian local governments: an assessment. **International Journal of Public Sector Management**, v. 32, n. 2, p. 122-141, 2019.
- BLOCK, S. A. Political business cycle, democratization, and economic reform: the case of Africa. **Journal of Development Economics**, v. 67, p. 205-228, 2002.
- BOHN, F.; STURM, J. Do expected downturns kill political budget cycles?. **Review of International Organizations**, v. 16, p. 817-841, 2021.
- BOTELHO, R. **Determinantes do comportamento fiscal dos estados brasileiros**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BOUKARI, M.; VEIGA, F. J. Disentangling political and institutional determinants of budget forecast errors: a comparative approach. **Journal of Comparative Economics**, v. 46, n. 4, p. 1030-1045, 2018.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 mar 1964.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1997a.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1997b.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 mai. 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Portaria nº 5.623, de 22 de junho de 2022. Estabelece os critérios para análise da capacidade de pagamento, da suficiência das contragarantias, do custo das operações de crédito e para a concessão de garantias da União. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Ed. 118, Seção 1, p. 33, 24 jun. 2022.

BRENDER, A. The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. **Journal of Public Economics**, v. 87, p. 2187-2205, 2003.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. Where does the political budget cycle really come from?. **CEPR Discussion Papers**, n. 4049, 2003.

BROWN, K. W. The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. **Government Finance Review**, p. 21-26, 1993.

BUCHANAN, J. M. **La perspectiva de elección pública**. 1983. Disponível em: <<https://www.eumed.net/cursecon/textos/buchanan-elecc-publica.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CANADIAN INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS (CICA). **Research report: indicators of government financial condition**. Toronto: CICA, 1997.

COSTA, G. P. C. L. **A escolha pública no orçamento federal: uma análise a partir dos indicadores dos programas finalísticos**. 2011. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UnB, UFPB e UFRN, Brasília, 2011.

CRISPIM, G.; FLACH, L.; ALBERTON, L.; FERREIRA, C. D. Ciclo orçamentário político: uma análise nos municípios brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 14, n. 1, p. 106-123, 2021.

- DAFFLON, B.; MADIES, T. **The political economy of decentralization in Sub-Saharan Africa: a new implementation model in Burkina Faso, Ghana, Kenya and Senegal.** Africa Development Forum Series, Washington DC: World Bank, 2013.
- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.
- DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. **NBER Working Paper 11085**, 2005.
- DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. **Journal of Development Economics**, v. 92, p. 39-52, 2010.
- ESLAVA, M. The political economy of fiscal deficits: a survey. **Journal of Economic Surveys**, v. 25, n. 4, p. 645-673, 2011.
- FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 271-300, 2007.
- FREY, B.; LAU, L. J. Towards a mathematical model of government behaviour. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, v. 28, p. 355-380, 1968.
- GARCÍA-SÁNCHEZ, I.; MORDÁN, N.; CUADRADO-BALLESTEROS, B. Do electoral cycles affect local financial health?. **Policy Studies**, v. 35, n. 6, p. 533-556, 2014.
- GARCÍA-SÁNCHEZ, I.; PRADO-LORENZO, J. M.; CUADRADO-BALLESTEROS, B. Do progressive governments undertake different debt burdens?. Partisan vs. Electoral cycles. **Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review**, v. 14, n. 1, p. 29-57, 2011.
- GARMANN, S. Political budget cycles and fiscally conservative voters. **Economic Letters**, v. 155, p. 72-75, 2017.
- GOVERNMENTAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (GASB). Objectives of financial reporting: concept statement n. 1. Governmental Accounting Standard Series, 37, 1987.
- GREENBERG, J.; HILLER, D. Indicators of financial condition for governments. Artigo apresentado na 5th Conference of Comparative International Governmental Accounting Research, Paris, França, 1995.
- GROVES, S. M.; VALENTE, M. G. **Evaluating financial condition: a handbook for local government.** 4. ed. Revisado por Karls Nollenberger. Washington: The International City/County Management Association – ICMA, 2003.
- HAAN, J. Democracy, elections and government budget deficits. **German Economic Review**, v. 15, n. 1, p. 131-142, 2013.
- HENDRICK, R. Assessing and measuring the fiscal health of local governments: focus on Chicago suburban municipalities. **Urban Affairs Review**, v. 40, n. 1, p. 78-114, 2004.
- HIBBS JUNIOR., D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

HUANG, J. T.; CHANG, M. L.; LIN, A. J.; CHANG, Y. C. Party alternation and fiscal performance-evidence from Taiwan's local government. **Journal of the Asia Pacific Economy**, v. 28, n. 3, p. 1007-1028, 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). Study no 1: financial reporting by national governments. New York: Public Sector Committee, 1991.

IVANOVIC, V.; LAMI, E.; IMAMI, D. Political budget cycles in early versus regular elections: the case of Serbia. **Comparative Economic Studies**, v. 65, p. 551-581, 2023.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. **The Political Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.

KATSIMI, M.; SARANTIDES, V. Do elections affect the composition of fiscal policy in developed, established democracies?. **Public Choice**, v. 151, p. 325-362, 2012.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 283-337, 2010.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21- 36, 2015.

KLEINE, R.; KLOHA, P.; WEISSERT, C. S. Monitoring local government fiscal health: Michigan's new 10 point scale of fiscal distress. **Government Finance Review**, v. 19, n. 3, p. 18-23, 2003.

KLOMP, J.; HAAN, J. Do political budget cycles really exist?. **Applied Economics**, v. 45, n. 3, p. 329-341, 2013.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LINDBECK, A. Stabilization policy in open economies with endogenous politicians. **American Economic Review**, v. 66, n. 2, p. 1-19, 1976.

MACKIC, V. Political budget cycles at the municipal level in Croatia. **Financial Theory and Practice**, v. 38, n. 1, p. 1-35, 2014.

MAHER, C. S.; NOLLENBERGER, K. Revisiting Kenneth Brown's 10-point test. **Government Finance Review**, v. 25, n. 5, p. 61-66, 2009.

MARTINS, R. C. A. As teorias de ciclos políticos e o caso português. *Estudos do GEMF*, n. 5, 2002.

MINK, M.; HAAN, J. Are there political budget cycles in the euro area?. **European Union Politics**, v. 7, n. 2, p. 191-211, 2006.

MORAIS, L. M. F.; QUEIROZ, D. B.; SOUZA, R. G. Ciclo político no índice de gasto com pessoal: uma análise em municípios brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 1, 2019.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A Emenda da Reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). **Economia Aplicada**, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.

NOBRE, C. J. F. **A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal**. 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

OATES, W. E. On the evolution of fiscal federalism: theory and institutions. **National Tax Journal**, v. 61, n. 2, p. 313-334, 2008.

OBAKEMI, F. I.; ADEBOWALE, H. A.; YUSUF, B. N.; NEV, T. T. Political business cycle and fiscal discipline in Sub-Saharan Africa. **European Journal of Government and Economics**, v. 10, n. 2, p. 185-205, 2021.

OLIVEIRA, T. M. G.; DALL'ASTA, D.; ZONATTO, V. C. S.; MARTINS, V. A. Gestão fiscal municipal: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021, v. 15, n. 4, 2021.

PELTZMAN, S. Voters as fiscal conservatives. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 2, p. 327-361, 1992.

QUEIROZ, D. B. **Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros**. 2015. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UnB, UFPB e UFRN, Natal, 2015.

QUEIROZ, D. B. Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. **REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, v. 8, n. 3, p. 68-77, 2018.

RADONJIC, L.; DESPOTOVIC, D. Z.; CVETANOVIC, S. Fiscal management and political budget cycles in transition economies: data panel analysis. **Serbian Journal of Management**, v. 15, n. 2, p. 205-220, 2020.

RAMSEY, T. K. **Measuring and evaluating the financial condition of local government**. 2013. 105 f. Tese (Ph.D) – Department of Public Policy and Administration, California State University, Sacramento, 2013.

RODRÍGUEZ-BOLÍVAR, M. P.; NAVARRO-GALERA, A.; ALCAIDE-MUÑOZ, L.; LÓPEZ-SUBIRÉS, M. D. Factors influencing local government financial sustainability: an empirical study. **Lex Localis**, v. 12, n. 1, p. 31-54, 2014.

RODRÍGUEZ-BOLÍVAR, M. P.; NAVARRO-GALERA, A.; ALCAIDE-MUÑOZ, L.; LÓPEZ-SUBIRÉS, M. D. Risk Factors and drivers of financial sustainability in local government: an empirical study. **Local Government Studies**, v. 42, n. 1, p. 29-51, 2016.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

ROSE, S. Do fiscal rules dampen the political business cycle?. **Public Choice**, v. 128, n. 3-4, p. 407-431, 2006.

SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, p. 301-314, 2008.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, v. 148, p. 233-247, 2011.

SANTIS, S. The demographic and economic determinants of financial sustainability: an analysis of Italian local governments. **Sustainability**, v. 12, n. 7.599, p. 1-16, 2020.

SANTOS, P. H. P.; WAKIM, V. R.; FERNANDES, C. I. P. Political electoral cycles: are municipal elections influenced on the budget execution of Minas Gerais municipalities?. **Journal of Accounting, Management and Governance**, v. 24, n. 2, p. 239-255, 2021.

SCHNEIDER, C. J. Fighting with one hand tied behind the back: political budget cycles in the West German states. **Public Choice**, v. 142, p. 125-150, 2010.

SETIAWAN, D.; RIZKIAH, F. Political budget cycles in municipalities: evidence from Indonesia. **International Journal of Business and Society**, v. 18, n. 3, p. 533-546, 2017.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political budget cycles: do they differ across countries and why?. **Journal of Public Economics**, v. 90, p. 1367-1389, 2006.

SILVA, V. F. **Desempenho de arrecadação e inscrição em restos a pagar**: um estudo nos municípios brasileiros. 2023. 45 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SILVA, N. O.; FREIRE, F. S. Gastos sociais e accounting gimmicks: uma percepção dos ciclos políticos eleitorais nos municípios do centro-oeste brasileiro. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 32, n. 1, p. 218-246, 2021.

SOUZA, D. C. F. **Influência da condição financeira governamental sobre os gastos com investimento público nos maiores municípios brasileiros**. 2020. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

TUJULA, M.; WOLSWIJK, G. Budget balances in OECD countries: what makes them change?. **Empírica**, v. 34, p. 1-14, 2007.

- VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, n. 1-2, p. 45-64, 2007a.
- VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Does opportunism pay off?. **Economics Letters**, v. 96, n. 2, p. 177-182, 2007b.
- VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, p. 63-77, 2009.
- VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.
- VIEIRA, L. M. E. R. **Impacto das instituições fiscais na condição financeira dos estados brasileiros**. 2019. 138 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- WANG, X.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. Measuring financial condition: a study of U.S. states. **Public Budgeting & Finance**, p. 1-21, 2007.
- WYSE, M. N. O.; MACHADO, D. P.; GOMES, D. G.; FERNANDEZ, R. N. Influência dos ciclos políticos nos gastos públicos e seu efeito sobre a dívida pública. **Revista Gestão & Conexões**, v. 11, n. 3, p. 53-73, 2022.
- ZAFRA-GÓMEZ, J. L.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. M.; HERNÁNDEZ-BASTIDA, A. Developing an alert system for local governments in financial crisis. **Public Money & Management**, v. 29, n. 3, p. 175-181, 2009.